

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO**

**Agricultura urbana e periurbana no município de  
Nova Iguaçu: a experiência de resistência da  
Cooperativa UNIVERDE**

**Laís Bôto Xavier**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE GEOGIÊNCIAS**  
**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO  
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU: A EXPERIÊNCIA DE  
RESISTÊNCIA DA COOPERATIVA UNIVERDE**

**LAÍS BÔTO XAVIER**

*Sob a Orientação da Professora*

**Roberta Arruzzo**

Dissertação submetida como  
requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestra em Geografia, no  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da UFRRJ, Área de  
Concentração em Espaço, Questões  
Ambientais e Formação em  
Geografia

Nova Iguaçu, RJ

Julho de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

X 3a      Xavier, Lais Bôto , 1993-  
              Agricultura urbana e periurbana no município de  
              Nova Iguaçu: a experiência de resistência da  
              Cooperativa UNIVERDE / Lais Bôto Xavier. - São João  
              de Meriti, 2021.  
              76 f.

Orientadora: Roberta Carvalho Arruzzo.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia  
(PPGGeo), 2021.

1. Resistência camponesa. 2. Agricultura urbana e  
periurbana. 3. Produção orgânica. I. Arruzzo, Roberta  
Carvalho , 1980-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em  
Geografia (PPGGeo) III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N° 70/2021 - PPGGEO (12.28.01.00.00.00.35)

Nº do Protocolo: 23083.055527/2021-37

Seropédica-RJ, 04 de agosto de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**LAÍS BÔTO XAVIER**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/07/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG-UFRRJ, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, neste caso, a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Roberta Carvalho Arruzzo. Doutora. UFRRJ  
(Orientadora, presidente da banca)

Francisco Chagas do Nascimento Júnior. Doutor. UFRRJ  
(membro da banca)

Eve Anne Buhler. Doutora. UFRJ  
(membro da banca)

(Assinado digitalmente em 04/08/2021 17:53)  
FRANCISCO DAS CHAGAS DO NASCIMENTO JUNIOR  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeGEOIM (12.28.01.00.00.87)  
Matrícula: 2093080

(Assinado digitalmente em 09/08/2021 12:28)  
ROBERTA CARVALHO ARRUZZO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeGEOIM (12.28.01.00.00.87)  
Matrícula: 1946744

(Assinado digitalmente em 04/08/2021 16:08)  
EVE ANNE BÜHLER  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 061.782.577-75

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 70, ano: 2021, tipo: HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, data de emissão: 04/08/2021 e o código de verificação: 98cd5bf21c

## **AGRADECIMENTOS**

Essa pesquisa é resultado de um trabalho árduo. Dessa forma, venho, a partir dessas poucas palavras, tentar agradecer a todos que colaboraram direta e indiretamente para a construção deste trabalho.

Portanto, venho agradecer, primeiramente, Deus pela dádiva do conhecimento e sabedoria, por ter me acompanhado nessa trajetória. Esse trabalho foi elaborado em um período de circunstâncias difíceis, pois a pandemia da covid-19 transformou drasticamente o cotidiano da população mundial. Levando isso em consideração, inicio agradecendo ao apoio dos colegas de pós-graduação que de forma mútua sempre buscaram, com o auxílio de palavras de motivação, ajudar na superação dos desafios impostos por esse período. Já somos vitoriosos por conseguir concluir uma pós-graduação nesse contexto.

Dedico este trabalho aos meus pais, Vera e Reinaldo, por todo apoio e motivação ao longo dos anos; ao meu esposo Raphael pelo carinho e compreensão ao lidar com o meu estresse da vida acadêmica e a minha irmã Thais, amiga e companheira de profissão; aos meus familiares por todo o apoio, em especial, ao meu avô Rene (*in memoriam*) e meu tio Roberto (*in memoriam*) sempre interessados e orgulhosos pelas minhas conquistas.

Agradeço à minha professora orientadora, Roberta Aruzzo, por toda a dedicação, pelas orientações, pelo suporte durante a construção deste trabalho, mesmo diante das circunstâncias exaustivas de reuniões remotas, sempre buscou compartilhar seu conhecimento com os estudantes da graduação e pós-graduação. Também não poderia deixar de citar o grupo de estudos Terra Periférica, em que pude aprender mais sobre o espaço agrário do estado do Rio de Janeiro, participar desse grupo foi fundamental para a construção da pesquisa.

Além disso, agradeço a todos os docentes da Pós-Graduação em Geografia (PPG GEO) da UFRRJ que, mais uma vez, fizeram parte da construção da minha formação. Obrigada pelo carinho e dedicação. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

Eu sou o sonho dos meus pais  
Que eram sonhos dos avós  
Que eram sonhos dos meus ancestrais  
Vitória é sonho dos olhares  
Que nos aguardam nos lares  
Crendo que na volta somos mais

Emicida e Ivete Sangalo (2020)

## **RESUMO**

XAVIER, Lais Bôto. Agricultura urbana e periurbana no município de Nova Iguaçu: a experiência de resistência da Cooperativa UNIVERDE.2021. 76p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto Multidisciplinar, Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2021.

O histórico processo de mobilização e resistência camponesa na região do entorno da metrópole fluminense é um fenômeno antigo que permanece presente na região até os dias atuais. As diversas ações para redução das atividades voltadas para agricultura, principalmente, em áreas urbanas e periurbanas, na Baixada Fluminense ao longo da história, refletem diretamente no cotidiano dos produtores locais dos diversos municípios da região. Essa condição faz com que os produtores locais busquem, a partir da construção coletiva, formas de comercialização de produtos que forneçam maior autonomia e identidade. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa consiste em demonstrar a importância da organização dos trabalhadores rurais no município de Nova Iguaçu e suas práticas de resistência para manutenção das suas ações nas áreas urbanas e periurbanas do município, de forma que atue como principal construtor dos meios de produção. Para isso, tem-se como objetivos específicos: a) a construção de um conhecimento teórico acerca da formação da militância camponesa fluminense; b) a identificação das problemáticas que envolvem a aplicação da agricultura urbana e periurbana no município de Nova Iguaçu e c) a análise das estratégias de comercialização alternativas, que apresentam grande relevância para as famílias locais. Por meio da apresentação da experiência da Cooperativa Univerde, localizada no município de Nova Iguaçu - RJ, objetivou-se alcançar tais objetivos. Ao fim da pesquisa, buscamos identificar a organização coletiva e autônoma das cooperadas, a partir das estratégias de comercialização de produtos orgânicos utilizados por meio das feiras, para que tais técnicas sejam aplicadas como alternativa para impulsionar a econômica solidária, a organização coletiva e autônoma das cooperadas.

**Palavra-chave:** Resistência camponesa; Agricultura urbana e Periurbana; Produção orgânica.

## **ABSTRACT**

XAVIER, Lais Bôto. Agricultura urbana e periurbana no município de Nova Iguaçu: a experiência de resistência da Cooperativa UNIVERDE. 2021. 76p. Dissertation (Master in Geography). Instituto Multidisciplinar, Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2021.

The historic process of mobilization and peasant resistance in the region surrounding the metropolis of Rio de Janeiro is an ancient phenomenon that remains present in the region until the current days. Throughout history the various actions to reduce agricultural activities, especially in urban and peri-urban areas in the Baixada Fluminense have a direct impact on the daily lives of local producers in the various counties in the region. This condition causes local producers the need to look up for collective ways to commercialize products that provide greater autonomy and identity. Thus, the general objective of this research is to demonstrate the importance of the organization of rural workers in the city of Nova Iguaçu and their resistance practices to maintain their actions in urban and peri-urban areas of the city, in order to act as the main builder of the means of production. The construction of theoretical knowledge about the formation of peasant militancy in Rio de Janeiro, the problems involving the application of urban and peri-urban agriculture in the counties of Nova Iguaçu and identify alternative marketing strategies delivering great relevance for local families, are the main objectives of this work. Through the presentation of the experience of Cooperativa Univerde, located in the city of Nova Iguaçu - RJ, the objective was to achieve these goals. At the end of the research, we sought to identify, from the organic marketing strategies used by the cooperative members through the street market, whether they are applied as an alternative to boosting the solidarity economy, the collective and autonomous organization of the cooperative members.

**Keywords:** Peasant resistance; urban and periurban agriculture; organic production

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reportagem sobre despejos no município de Duque de Caxias .....	22
Figura 2 - Selo de produto orgânico pelo sistema de certificação por auditoria.....	56
Figura 3 - Selo de produto orgânico pelo sistema de certificação participativa.....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do estado do Rio de Janeiro* de 1920 a 1960.....	12
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Núcleos de colonização criados no estado do Rio de Janeiro de 1930 a 1955.....	11
Quadro 2 - Áreas desapropriadas por decreto estadual nos anos 1958/1963 no estado do Rio de Janeiro.....	16
Quadro 3 - Certificadoras Regulamentadas pelo MAPA.....	55
Quadro 4 - Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica.....	59
Quadro 5 - Produtores orgânicos do município de Nova Iguaçu.....	64

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – década de 1950.....	18
Mapa 2 – Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – década de 1960.....	28
Mapa 3 Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – década de 1970.....	30
Mapa 4 – Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – década de 1980.....	31
Mapa 5 - Localização do Município de Nova Iguaçu - Bairro Geneciano.....	67

## **LISTA DE FLUXOGRAMAS**

Fluxograma 1 - Determinantes da Agricultura Urbana.....	42
Fluxograma 2 - Agricultura Urbana e sua integração no ecossistema urbano.....	44
Fluxograma 3 - Mecanismos para comercialização orgânica brasileira.....	54

## **IMAGEM**

Imagen 1 - Feira da Roça do município de Nova Iguaçu.....	69
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABIO - Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro

ALF - Associação de Lavradores Fluminense

AUP - Agricultura Urbana e Periurbana

COAGRE - Coordenação de Agroecologia

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DTC – Divisão de Terras e Colonização

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FNM – Fábrica Nacional de Motores

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES - Centro de Recursos para América Latina e Caribe em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar

ITPA - Instituto Terra de Preservação Ambiental

JAS Organic - Japanese Agricultural Standard

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OAC - Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica

OCS - Organização de Controle Social

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF- Dutos - Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAUP - Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PTB - Partido dos Trabalhadores Brasileiros  
REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas  
REDUC - Refinaria de Duque de Caxias da Petrobrás  
RMRJ - Região Metropolitana do Rio de Janeiro  
SEPDAG - Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário  
SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SPG - Sistema Participativo de Garantia  
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
USDA Organic - United States Department of Agriculture

# Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2 CAPÍTULO I – AGRICULTURA NA BAIXADA FLUMINENSE: DIMENSÕES HISTÓRICAS .</b>	<b>7</b>
<b>2.1 Obras de infraestrutura na Baixada Fluminense e revalorização econômica.....</b>	<b>8</b>
<b>2.2 Despejos e a luta pela terra na Baixada Fluminense.....</b>	<b>13</b>
<b>2.3 Luta camponesa e seus principais personagens.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3.1 José Pureza.....</b>	<b>20</b>
<b>2.3.2 Bráulio Rodrigues.....</b>	<b>23</b>
<b>2.4 Considerações sobre o golpe militar e a repressão aos movimentos de luta pela terra no Rio de Janeiro.....</b>	<b>26</b>
<b>3 CAPÍTULO II - AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: O CASO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 Agricultura Urbana e Periurbana no município de Nova Iguaçu.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2 Conceituação e origem da Agricultura Urbana e Periurbana .....</b>	<b>36</b>
<b>3.3 - Políticas Públicas em apoio a AUP no território brasileiro .....</b>	<b>44</b>
<b>4 CAPÍTULO III - CIRCUITO DE PRODUÇÃO ORGÂNICA E SUA REGULAÇÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU: O ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA UNIVERDE.....</b>	<b>50</b>
<b>4.1 Aspectos gerais da regularização da produção orgânica no território nacional.....</b>	<b>52</b>
<b>4.1.1 Certificação por auditoria .....</b>	<b>54</b>
<b>4.1.2 Certificação participativa .....</b>	<b>57</b>
<b>4.1.3 Organização de Controle Social (OCS).....</b>	<b>61</b>
<b>4.2 Experiência de produção orgânica no município de Nova Iguaçu: a Cooperativa Univerde .....</b>	<b>62</b>
<b>4.2.1 Cooperativa de agricultura Familiar de Produtores Orgânicos – Univerde .....</b>	<b>65</b>
<b>5 Considerações finais .....</b>	<b>71</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

Compreender as dinâmicas produtivas do universo agrário brasileiro sempre me chamou atenção durante a graduação devido à complexidade das relações encontradas. A árdua construção desta dissertação, como de qualquer outro texto acadêmico, exige um exaustivo processo de pesquisa, levantamentos bibliográficos e de trabalhos de campo. Por outro lado, diferente dos textos convencionais acadêmicos – que buscam a todo momento anular a influência de quem os escreve e as experiências vividas ao longo de todo processo de construção – venho, neste momento inicial do texto, contrapor essa lógica que nos engessa e anula. Visto que os pesquisadores são também sujeitos sociais, as próprias vivências como indivíduo também estão presentes em seus textos. Portanto, é fundamental – digo até que imprescindível, como mulher, negra e moradora do município de São João de Meriti, localizado na região da Baixada Fluminense – pontuar que esses fatores contribuíram demasiadamente para a escolha do tema estudado e da metodologia utilizada nesta pesquisa. Diante disso, inicio essa pesquisa apresentando um pouco do meu processo de formação.

Na graduação de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), as disciplinas voltadas a essa temática me pareciam sempre muito interessantes e pertinentes. Nesse contexto, pude desenvolver a sensibilidade de interpretar a minha realidade e perceber como os hábitos de consumo alimentar vem transformando-se nos últimos anos, a partir da inserção do discurso ambiental em campanhas publicitárias. Mediante essa percepção inicial, busquei na geografia as respostas para entender esse novo contexto.

Dessa forma, em minha trajetória, enquanto graduanda, tive a oportunidade de participar de grupos de estudos e comecei a me aprofundar nos autores e nas questões voltadas aos circuitos espaciais produtivos agrícolas alternativos. Na monografia, trabalhei sobre a dinâmica de especialização da produção de cacau, por meio da experiência da Cooperativa Cabruca e da Rede Povos da Mata, em Ilhéus, no Sul da Bahia. Já nesta dissertação, meu objetivo é expandir e aprofundar o meu referencial teórico, além de mudar meu objeto de análise para o município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, com a participação dos produtores da Cooperativa de Agricultura Familiar de Produtores Orgânicos - UNIVERDE, com produção de base agroecológica,

visto a necessidade de ampliação desse estudo na região, onde o poder público em diversos momentos negligenciou as atividades rurais e os sujeitos envolvidos nesse processo.

Assim sendo, mais uma vez, percebemos a carência de estudos voltados aos municípios da Baixada Fluminense, principalmente, com temáticas que envolvam a produção agrícola e os circuitos espaciais produtivos especiais, como é o caso dos produtores agroecológicos. Dessa maneira, é necessária uma ampliação no que se refere a pesquisas voltadas à produção agroecológica visto sua importância para a população e a economia local. Para começar a debater, é importante refletir sobre a questão da produção alternativa, sua inserção na dinâmica produtiva agrícola brasileira e como essa transformação se reflete na realidade da Baixada Fluminense.

\*\*\*

A região metropolitana do estado do Rio de Janeiro sempre foi reconhecida pela intensidade do seu processo de urbanização e os problemas relacionados a isso. Entretanto, a prática da agricultura sempre esteve presente na realidade fluminense e, mais especificamente, na região da Baixada da Guanabara. Ao longo da história, tal presença foi sendo dificultada por conta de projetos e ações de estímulo a expansão urbana por meio dos loteamentos, especulação imobiliária e despejos dos agricultores. Políticas públicas um tanto contraditórias (GRYNSZPAN, 1987) e a valorização das terras no entorno da cidade do Rio de Janeiro contribuíram para a recorrente ação de grileiros e especuladores e o consequente despejo dos agricultores, resultando nos primeiros movimentos sociais de trabalhadores rurais com objetivo de lutar em defesa do direito à terra. Tais movimentos iniciaram a partir da década de 1940, principalmente, na região que aqui estamos chamando de Baixada Fluminense<sup>1</sup>, área onde ocorria maior parte dos conflitos por terra. Contudo, as mobilizações no meio rural fluminense sofreram uma drástica redução a partir do golpe militar de 1964, durante o qual os diversos movimentos sociais foram perseguidos, obrigando a dispersão dos militantes e a perda de diversas terras conquistadas. Dessa forma, o início do regime militar coibiu de forma violenta as organizações de luta dos campesinos fluminenses.

Diante disso, após o fim do regime militar na década de 1980, houve certa dificuldade para a rearticulação dos campesinos e dos movimentos de luta pela terra, com a intensificação da metropolização e dos loteamentos, reduzindo bastante o acesso a terras para a produção rural na

---

<sup>1</sup> Aqui consideraremos como Baixada Fluminense parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro composta pelos seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Magé, Guapimirim, Mesquita, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí.

região. Apesar das circunstâncias, as atividades nas lavouras e a articulação entre os trabalhadores rurais permaneceram, ainda em menor escala. Com isso, destacamos que a luta do movimento camponês no Rio de Janeiro é antiga e está também relacionada às ações de resistência para permanecerem nas áreas do entorno da metrópole.

O município de Nova Iguaçu apresenta grande importância com relação a aspectos econômicos, sociais, culturais e naturais no que se refere à região da Baixada Fluminense. Sendo um dos municípios mais antigos da região, também apresenta grandes indicadores, com aproximadamente 800.000 habitantes e extensão territorial de 520.581 km<sup>2</sup>, de acordo com o IBGE (2020). Entretanto, apesar de grande relevância em escala regional, o município tem apresentado diversas demandas e carências ao longo do seu processo histórico de formação, assim como outros municípios da Baixada Fluminense. Dentre essas demandas, podemos citar as atividades que envolvem a agricultura nos arredores do município, que denominaremos neste trabalho como agricultura urbana e periurbana (AUP), já que apresentam baixos investimentos e uma legislação que não é capaz de incluir os agricultores iguaçuanos, de maneira que estes acabam tornando-se vulneráveis em aspectos econômicos e normativos. Uma situação que exemplifica a baixa relevância que esse segmento social possui para o poder público é que o município de Nova Iguaçu desconsiderou a existência de áreas rurais no Plano Diretor de 1997 do município<sup>2</sup> (que existiam e ainda existem), inviabilizando, durante anos, políticas voltadas diretamente para estas regiões.

Diante desse contexto de carência no que se refere a investimentos nas atividades que envolvem a agricultura e a AUP na cidade de Nova Iguaçu, os próprios produtores locais criam estratégias, táticas e redes de solidariedades com o propósito de manter a produção agrícola local e a incessante busca por direitos e reivindicações próprios. A pesquisa está nomeando estas formas de criar condições de manutenção de existência de resistências, inspiradas em James Scott (2022). Nesse sentido, entendemos que, para além dos movimentos sociais organizados de luta pela terra na Baixada, as estratégias cotidianas destes sujeitos para manutenção de sua existência são formas invisibilizadas de resistência.

Dentre as estratégias adotadas, podemos citar a tentativa de encontrar processos produtivos mais autônomos e que, ao mesmo tempo, resultem em produtos com maior valor agregado. Em vista disso, a produção orgânica parece ser bastante relevante, representando também um nicho de

---

<sup>2</sup> Esta situação será abordada com mais detalhes no capítulo 2.

mercado que vem se expandindo nos últimos anos, nos quais não houve uso de agrotóxicos ao longo do processo produtivo. Esse modelo de produção agrícola, apesar de agregar valor à produção, apresenta diversas exigências normativas que acabam tornando-se obstáculos para inserção nesse campo de mercado, principalmente, para os pequenos produtores. Sendo assim, refletir sobre as possibilidades de inserção nesse mercado e quais mecanismos utilizar - certificação por auditoria, certificação participativa ou organização de controle social (OCS) - considerando suas potencialidades e obstáculos, também é uma das tomadas de decisões fundamentais feitas de maneira coletiva pelos agricultores e agricultoras. Outra ação possível no contexto destas “resistências cotidianas” é repensar as formas de comercialização por meio das feiras locais de comercialização direta, de maneira que estes espaços se tornem áreas indispensáveis, não apenas para a compra e venda de produtos, mas também para integração e reconexão entre os agricultores e consumidores, assim tornando-os espaços de diálogos.

A partir destas inquietações sobre a história, relevância e dificuldades de manutenção das atividades ligadas à agricultura na Baixada Fluminense, tivemos como objetivo central entender as atividades relacionadas à agricultura urbana e periurbana de Nova Iguaçu na atualidade, em especial, a partir das experiências de uma cooperativa agroecológica do município, a Univerde. Essa situação é compreendida por nós como parte das problemáticas e estratégias das agricultoras e agricultores urbanos de Nova Iguaçu. Como elementos deste objetivo principal, buscamos entender as principais questões históricas da agricultura na Baixada Fluminense no que se refere às mobilizações dos agricultores e processos ocorridos ao longo da urbanização da Baixada Fluminense e as consequências desse processo para as atividades agrícolas presentes na região.

A Univerde é uma Cooperativa de Agricultura Familiar de Produtos Orgânicos composta, em grande parte, por mulheres que têm como espaço de produção a área de passagem dos oleodutos da Petrobrás que atravessam, entre outras áreas, o bairro Geneciano, no município de Nova Iguaçu. Tal cooperativa representa uma das atividades de agricultura urbana e periurbana (AUP) em Nova Iguaçu, surgida a partir de um projeto ambiental da própria Petrobrás e que, findado o projeto, se transformou numa pequena cooperativa. Selecionamos esta experiência por ser uma pequena prática de agricultura urbana e orgânica que, mesmo após o fim do financiamento que a gerou, consegue se manter há mais de 10 anos na atividade de forma autônoma e colaborativa.

Dessa forma, tentamos entender as estratégias desenvolvidas por estas produtoras para se manterem na atividade agrícola, mesmo sem o financiamento do projeto e diante dos obstáculos

recorrentes no que se refere à agricultura urbana e periurbana (AUP), ainda mais em contextos de periferia metropolitana. Neste sentido, destacamos também as articulações estabelecidas entre as produtoras e outros sujeitos e atores, formando redes de solidariedades, buscando maior autonomia, além de estabelecer estratégias de comercialização de produtos orgânicos por meio de participação nas feiras de comercialização direta. Entendemos essas ações como parte de um conjunto de ações de resistência cotidiana (SCOTT, 2002) muito invisibilizadas, tanto no contexto camponês mais convencional e, ainda mais, nas atividades conectadas à agricultura urbana e periurbana em contextos de periferia metropolitana.

Para a construção desse trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico e de dados secundários presentes em livros, artigos e dissertações que abordassem sobre a temática em questão. Algumas das referências bibliográficas foram coletadas em estudos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da legislação que aborda a respeito da regulamentação orgânica brasileira. Além destes levantamentos, contamos com o apoio de um referencial teórico composto por autores que apresentavam reflexões sobre a agricultura e as mobilizações camponesas no estado do Rio de Janeiro. Foram utilizados autores como Leonilde Servolo de Medeiros, Mário Grynszpan e as autobiografias de importantes lideranças camponesas da região como José Pureza, Braúlio Rodrigues, entre outros autores.

É importante destacar que nossa proposta inicial envolvia uma construção coletiva e mais próxima com as agricultoras da Univerde, porém, ainda durante nossos primeiros meses de contato com as produtoras que aceitaram e estavam dispostas a colaborarem com a proposta, nos deparamos com a pandemia da covid-19 e as consequentes restrições aos contatos pessoais. Tentamos, por outro lado, manter o contato virtual, especialmente, com a Dona Alzenir, presidente da cooperativa, todavia, essas tentativas não foram bem sucedidas. Desta forma, não conseguimos realizar as atividades de campo e necessitamos manter as informações sobre a Univerde utilizando dados secundários e informações de nossos poucos encontros.

Considerando o tema e os objetivos da pesquisa, a presente dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, propomos abordar os processos de formação territorial da Baixada Fluminense. Iniciamos ainda com os investimentos e esforços desenvolvidos pelo poder público para atrair agricultores para a formação do chamado “cinturão verde” no entorno da cidade

do Rio de Janeiro em meados da década de 1940 (GRYNSZPAN, 1987; CORRÊA; MACEDO, 2007). Posteriormente, realizaremos uma apresentação dos processos de despejo das famílias dos agricultores (posseiros) na Baixada Fluminense em decorrência da ação dos grileiros e loteamentos, iniciando as primeiras mobilizações de luta camponesa no estado do Rio de Janeiro. Em seguida, discutiremos sobre o período do golpe militar, responsável por perseguir e desarticular os movimentos sociais camponeses no estado (MEDEIROS, 2018; PUREZA, 1982).

Posterior a esse contexto mais histórico, buscamos abordar as transformações geradas na Baixada Fluminense devido ao forte processo de urbanização após o regime militar. Tais processos modificaram bastante o quadro do município, em especial, no que se refere à agricultura e as transformações de ordem espacial e normativas que ocorreram no município de Nova Iguaçu. Questões derivadas destes processos nos levaram a considerar a importância da agricultura realizada em contexto urbano e arredores. Desta forma, no segundo capítulo, apresentamos também a construção do conceito de agricultura urbana e periurbana (AUP) e a sua estruturação ao longo das últimas décadas (MOUGEOT, 2000; ZAAR, 2011). Em seguida, abordamos como a AUP se aplica no território brasileiro, seus marcos legais e como essa atividade é realizada de forma desigual.

Por fim, no terceiro capítulo, focaremos a experiência de AUP da Cooperativa Univerde. Neste sentido, buscamos destacar os seus mecanismos de fortalecimento, incluindo os variados mecanismos de certificação e comercialização da produção orgânica existentes no território nacional - certificação por auditoria, certificação participativa e OCS. Realizamos a análise de cada mecanismo, identificamos seus benefícios e desvantagens para o pequeno produtor. O nosso objetivo em avaliar os mecanismos para comercialização orgânica é observar até que ponto podem tornar-se instrumentos que geram autonomia e maior renda aos pequenos produtores ou mais um obstáculo legal que dificulta a inserção das produtoras da Univerde, por exemplo, neste nicho de mercado. Por fim, abordaremos a feira de comercialização direta da qual participam as cooperadas (Feira da Roça) e seu papel fundamental para o fortalecimento da economia agrícola local e o processo de reintegração entre os produtores e os consumidores.

## **2 CAPÍTULO I – AGRICULTURA NA BAIXADA FLUMINENSE: DIMENSÕES HISTÓRICAS**

A região que hoje chamamos de Baixada Fluminense tem uma longa história relacionada à agricultura, desde os tempos da colonização. Os ciclos econômicos voltados à produção de cana-de-açúcar e café tiveram efeitos na organização espacial da região e em suas relações com a cidade do Rio de Janeiro. Porém, no início do século XX a Baixada Fluminense se encontrava em certa “decadência” econômica, com problemas relacionados ao baixo saneamento básico e a epidemias. Com isso, na metade do século XX, a região se torna também o principal foco de mobilização camponesa no estado do Rio de Janeiro.

O presente capítulo busca abordar os aspectos históricos da agricultura e mobilização camponesa no estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1940, com enfoque especial na Baixada Fluminense e suas relações com a ocupação da área e a sua organização fundiária. Desta forma, é imprescindível entender as mobilizações das lutas e suas origens e, assim, compreender a organização socioespacial da Baixada, visto que essas ações influenciaram diretamente a dinâmica atual da região.

Ainda nesse capítulo, buscarmos resgatar as ações de luta e mobilização dos camponeses na Baixada Fluminense, principalmente de lideranças do município de Nova Iguaçu, a partir também das memórias daqueles que participaram ativamente dessas ações sociais. O reconhecimento e a valorização dessas experiências contribuem para a visibilização de questões sobre um segmento social que pouco se sabe e que foi pouco lembrado durante muitos anos na Baixada Fluminense. Com isso, buscarmos reconstituir a história dos movimentos de trabalhadores rurais na região da Baixada Fluminense, suas lutas contra os constantes despejos, grilagem da terra e o processo de loteamento da região. Assim, poderemos evidenciar a importância desses trabalhadores para o espaço agrário iguaçuano e também da Baixada Fluminense como um todo.

Nas últimas laudas deste primeiro capítulo, buscarmos apresentar uma breve discussão acerca do golpe militar de 1964 e abordar as tensões entre o Estado ditatorial e os trabalhadores rurais, resultantes em intensa coerção física e material. Além disso, apresentaremos a espacialidade dos conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro no pós-golpe. Com isso, entenderemos como se deu a dinâmica dos movimentos rurais diante das constantes violências exercidas contra os movimentos camponeses, como também compreender como esse período repercutiu nesse grupo

social, contribuindo para a desarticulação e inibição dos movimentos sociais rurais na Baixada Fluminense e a expansão das ações de repressão para outras áreas do estado do Rio de Janeiro.

## **2.1 Obras de infraestrutura na Baixada Fluminense e revalorização econômica.**

Ao considerarmos a história do estado do Rio de Janeiro no que se refere à produção agrícola, podemos identificar que suas atividades, no final do século XIX, concentraram-se inicialmente na produção de café nos municípios do Vale do Paraíba e na produção de cana-de-açúcar, em especial, nas regiões no Norte do estado, especificamente, no município de Campos dos Goytacazes (GRYNSZPAN, 1987).

Além das mudanças produtivas, as variadas transformações sociais, políticas e econômicas estabelecidas na época, como, a abolição da escravatura, a crise do café e a recém estabelecida república brasileira, proporcionaram mudanças drásticas (GRYNSZPAN, 1987; MAIA, 2017). Diante disso, a pouca competitividade comercial da região da Baixada Fluminense em comparação a outras áreas do estado do Rio de Janeiro, fez com que ocorresse um esvaziamento da região e logo um abandono da área, sendo tomada pelos alagamentos e a mata. Nesse sentido, Grynszpan (1987) destaca a busca por tentativas de estabelecer novas atividades econômicas na região

A crise do sistema escravista, e também a perda de terreno para o café fluminense para o sul das áreas mais dinâmicas ao sul do país, associada a queda do preço do produto no mercado internacional, ainda em fins do século XIX, levou as elites a empreenderem um debate em torno da necessidade de se diversificar a produção e de não se depender exclusivamente da agricultura de exportação (pág. 26)

Visto a insustentabilidade e vulnerabilidade econômica de produtos agrícolas baseados no mercado de exportação, foi estabelecida como estratégia que a Baixada Fluminense teria como função a produção de insumos básicos para o abastecimento da metrópole carioca (GRYNSZPAN, 1987; CORRÊA; MACEDO, 2007). Segundo Grynszpan (1987), a estratégia de diversificação da produção apresentava-se com o propósito de colaborar para mitigar outros problemas presentes na região da Baixada Fluminense. A primeira estratégia estava associada à recuperação das áreas que

foram abandonadas e tornaram-se decadentes, de maneira que pudesse receber diversificadas atividades agrícolas. Outra proposta era a atração de imigrantes para ocupação da região e para cultivarem nas áreas recém-ocupadas.

Tais propostas não tiveram continuidade, principalmente, devido às inundações e condições naturais para a produção agrícola. Tal fato se deu, pois as áreas estavam abandonadas e as inundações impediam que ocorressem as atividades agrícolas além de tornar as áreas suscetíveis a doenças como malária e febre amarela. As condições geológicas da Baixada Fluminense, formada por planícies e sujeitas a alagamentos, exigiam obras de infraestrutura mais amplas do que os moradores poderiam fazer, sendo necessário maiores investimentos. Como assevera Grynszpan (1987, pág.27), “(...) *a intensificação da produção agrícola na área exigia um esforço prévio de saneamento e drenagem*”. Portanto, o projeto de tornar a Baixada Fluminense o cinturão agrícola do estado e abastecedor do distrito federal, naquele momento a cidade do Rio de Janeiro, estava distante.

Nesse sentido, em 1933, Getúlio Vargas criou a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense com o propósito de elaboração de um plano de ação para iniciar as obras para melhoria das condições básicas da região. De acordo com o levantamento desenvolvido pela comissão, as obras tinham como proposta mitigar os problemas gerados devido às condições físicas da região de alagamento por meio da drenagem dos rios, assim, facilitando a criação de áreas agrícolas, atração de colonização da região e a construção de redes de transportes para o escoamento da produção.

Em 1936, a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense é transformada em Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, iniciam-se, então, os planos de obras estabelecidas anteriormente, priorizando a drenagem e a limpeza dos rios (GRYNSZPAN,1987). Com isso, temos o começo do melhoramento das condições físicas dos municípios do entorno da metrópole.

No que tange ao incentivo à colonização da Baixada Fluminense, temos algumas ações estabelecidas pelo governo estadonovista. É fundamental ressaltar que uma das bases do governo era a ocupação do território brasileiro e o preenchimento das áreas antes desocupadas classificadas como “espaços vazios”. Esse modelo surgiu com o objetivo de ocupar para melhor controlar as

fronteiras e recursos naturais no interior do território, além de reduzir a sobrecarga populacional presente nas áreas tradicionalmente ocupadas.

Nesse sentido, a partir da década de 1930, iniciam-se as primeiras ações que incluíam obras de drenagens e de instalação do projeto de colonização da Baixada Fluminense estimuladas pelo governo federal, durante o governo de Getúlio Vargas. Baseado no discurso de ocupação das áreas para a construção do dito “cinturão agrícola” foi criado em 1938 a Divisão de Terras e Colonização (DTC), que tinha como objetivo a distribuição de terras para os lavradores (GRYNSZPAN, 1987).

Seguindo essa perspectiva, o governo estabeleceu o decreto de lei 893, criado em novembro de 1936, que fornecia terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Esse decreto tinha como principal objetivo estimular a ocupação da região antes abandonada por causa da concessão de terras. Nesse sentido, tanto a DTC quanto a iniciativa intensificada pela lei 893, buscavam colaborar para atração de lavradores. Nesse sentido, de acordo com a lei 893, assevera que

“Considerando a necessidade de incentivar o aproveitamento da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outros imóveis da União situados na Baixada Fluminense e beneficiados pelas obras de saneamento que o Governo aí vem realizando;

Considerando que não tem dado bom resultado o regime de arrendamentos e afastamentos e que, por outro lado, do desenvolvimento da pequena propriedade nessa região deverão resultar vantagens consideráveis para o abastecimento da Capital da República e zonas adjacentes;

Considerando que é preciso pôr termo à ocupação indébita dessas terras, pertencentes à União por títulos inequívocos;” (BRASIL, 1938)

Posteriormente, essa lei abrangeu também, por meio do decreto de lei 5.110 de janeiro de 1940, a inclusão da distribuição de terras pertencentes a outros imóveis de domínio da União presentes na Baixada Fluminense para fazerem parte dos projetos de colonização estabelecidos pelo governo varguista.

Dessa forma, o governo Vargas iniciou suas ações para o processo de colonização das áreas do entorno da capital. Nessa perspectiva, foram criados os Núcleos Coloniais, nos municípios do

entorno da metrópole carioca (Quadro 1). Foram organizados 7 núcleos coloniais desde a década de 1930 até a década de 1950. Durante a década de 30, temos a criação de 4 núcleos coloniais: o de Santa Cruz, localizado no município de Itaguaí; o de São Bento, no município de Duque de Caxias; o de Duque de Caxias, no município de Duque de Caxias e Magé e o do Tinguá, localizado no município de Nova Iguaçu. Podemos observar que todos os núcleos coloniais estabelecidos na década de 1930 estão no que hoje é reconhecido como região metropolitana<sup>3</sup>, isso demonstra o interesse prioritário em ocupar os municípios do entorno da capital, com o propósito de abastecer com produtos agrícolas a capital (GRYNSZPAN, 1987; CORRÊA; MACEDO, 2007).

Já na década de 1950, temos 3 núcleos coloniais, são eles: o de Macaé, sendo o único fora do que hoje classificamos como limite da região metropolitana, localizado na região Norte do estado; o de Papucaia, localizado no município de Cachoeiras de Macacu e o de Santa Alice, no município de Itaguaí e Piraí.

<b>Quadro 1 – Núcleos de colonização criados no estado do Rio de Janeiro de 1930 a 1955</b>		
Núcleo colonial	Município	Ano
Santa Cruz	Itaguaí	1930
São Bento	Duque de Caxias	1932
Tinguá	Nova Iguaçu	1938
Duque de Caxias	Duque de Caxias e Magé	1941
Papucaia	Cachoeiras de Macacu	1951
Macaé	Macaé	1951
Santa Alice	Itaguaí e Piraí	1955

Fonte: Grynszpan, 1987, org. Xavier, L.B

Baseado nas melhorias executadas pelo Estado e na doação de terras cedidas pelo governo, tais ações contribuíram para atrair maior número de imigrantes para o estado do Rio de Janeiro, sobretudo, lavradores na condição de posseiros. Segundo os dados apresentados na tabela 1, podemos identificar o crescimento da população, considerando o estado do Rio de Janeiro.

Percebe-se que, a partir da década de 1920 até 1960, ocorreu um crescimento da população de mais de 100% do estado do Rio de Janeiro. Pensando nisso, as mudanças progressivas no território fluminense no que se refere à infraestrutura ocorridas a partir da década de 1930 fomentaram a expansão do número da população, ocasionada pelas políticas de apoio a imigração do Estado e as obras de infraestrutura. Além disso, temos neste período um intenso processo de urbanização associado, entre outros fatores, à industrialização e ao êxodo rural.

Esses lavradores tinham origem de diversas localidades do estado do Rio de Janeiro, como também de outros estados brasileiros<sup>4</sup>. Com isso, à medida que o número de lavradores aumentava na Baixada Fluminense, havia também o aumento do número de disputas territoriais devido à valorização das terras por conta das melhorias feitas mediante às obras, como foi apresentado anteriormente (GRYNSZPAN, 1987; CORRÊA; MACEDO, 2007).

Tabela 1 – População do estado do Rio de Janeiro* de 1920 a 1960			
1920	1940	1950	1960
2.717.244	3.611.998	4.674.645	6.709.891

Fonte: SIDRA, 2021.

\* Os dados referentes à unidade da federação Rio de Janeiro incluem os do antigo Estado da Guanabara (SIDRA, 2021)

Tal combinação contraditória entre a maior ocupação da região e a valorização das terras contribuiu para intensificação dos conflitos e disputas, visto que as terras públicas e privadas, muitas delas abandonadas, tornam-se de interesse de grileiros e antigos proprietários que

---

<sup>4</sup> Em depoimentos de diversas lideranças locais, pudemos ouvir que diversos lavradores chegaram à Baixada Fluminense de vários municípios, como: de Itaperuna, Miracema, Campos dos Goytacazes e outras localidades do estado. (PUREZA, 1982; SILVA, 2008)

disputavam o domínio das áreas, com o propósito de especulação imobiliária e loteamento das terras.

Portanto, pode-se dizer que o movimento de obras de infraestrutura e, consequentemente, a valorização das áreas, colaborou para submeter os lavradores da região a disputas territoriais, conflitos e diversos despejos. Para compreender de forma mais clara esse processo, faz-se necessário entender as relações estabelecidas na região da Baixada Fluminense. Posteriormente, esse será o nosso propósito.

## **2.2 Despejos e a luta pela terra na Baixada Fluminense**

Com a implementação dos projetos do governo Vargas na região da Baixada Fluminense durante a década de 1930 por meio de obras de drenagem e de incentivo à colonização, a região passou a ser valorizada e tornar-se uma área de interesse, principalmente, à especulação imobiliária. Sendo assim, ao passo que a região recebia diversas melhorias, iniciaram-se variados conflitos envolvendo grandes proprietários locais e grileiros que disputavam as áreas para produção agrícola, mas também, principalmente, para formação de loteamentos para a possível valorização das áreas no futuro.

Os loteamentos formados na Baixada Fluminense apresentavam diversas funções, enquanto esperavam a valorização imobiliária. Essas atividades envolveram a criação de áreas turísticas, atividades recreativas e casas de campo. Uma nova estratégia também utilizada, apesar de em menor escala comparado com as outras, foi o uso das áreas como pastagem para o gado, citada por Corrêa e Macedo (2007, pág. 369) “(...) *tradicional forma de mascarar a ação especulativa, à espera dos efeitos valorizadores da expansão urbana*”.

Outro fator que intensificou os conflitos foi a ausência de comprovação do governo com relação à demarcação de terras. Não havia levantamentos sobre os limites das terras e propriedades, o que acabava tornando as áreas mais suscetíveis às disputas de terras e grilagem. Existia desordem, inclusive nas demarcações de terras públicas onde o governo não apresentava o cadastro de suas terras. Dessa maneira, facilitava a ação dos falsos proprietários de terras que, na verdade, eram grileiros, que buscavam obter terras de forma ilegal, expulsando os lavradores que nelas haviam vivido durante anos (GRYNSZPAN, 1987; MEDEIROS, 2018).

A década de 1950 apresentou uma característica muito dramática e perversa no campo fluminense, com o crescimento dos conflitos e ações de repressão extremamente violentas contra os lavradores, envolvendo espâncamentos, queima e destruição de casas que resultavam no despejo de lavradores das terras ocupadas há anos. Os despejos são relatados por diversos moradores e lideranças locais como as ações de coerção mais recorrentes na época. Os jornais fluminenses da década de 1950 e 1960 também apresentam diversas notícias sobre os despejos que ocorreram no estado do Rio de Janeiro, que reforça a frequência e a extensão de áreas que sofreram com despejos no estado do Rio de Janeiro (PUREZA, 1982; SILVA, 2008; MEDEIROS, 2018).

A terra representa a moradia do lavrador, mas também sua forma de subsistência e geração de renda. Portanto, os despejos simbolizam a perda total de conexão do lavrador com a terra. Na Baixada, esse processo ocorria de forma marcante, sobretudo, pela quantidade de despejos e a dimensão das áreas. Como as desapropriações estavam ocorrendo em diversos municípios, isso representava que os lavradores, provavelmente, não seriam realocados para terras em outras áreas ou municípios próximos (GRYNSZPAN, 1987).

Outro aspecto citado por diversos lavradores era o fato dessas terras, antes abandonadas com condições desfavoráveis (matas altas, pantanosas e de solo de difícil ocupação e produção), após as melhorias geradas tanto pelo governo, como também pela ocupação dos lavradores, estarem sendo exigidas pelos seus antigos ou falsos donos (PUREZA, 1982; SILVA, 2008). Nesse sentido, Grynszpan (1987) atesta que

“No estado do Rio de Janeiro, os despejos eram vistos como procedimento ilegítimo, injusto, contra lavradores que haviam desbravado a terra, tornando-a produtiva, valorizando-a com seu trabalho, seu suor e seu sangue, e mais ainda, que não se recusava para pagar por sua utilização.” (Grynszpan, 1987, pág. 71)

É fundamental especificar que os despejos ocorreram em diversas regiões do estado do Rio de Janeiro e que os despejos não estavam ocorrendo exclusivamente na Baixada Fluminense, no entanto sua amplitude alcançava outras regiões também. Entretanto, as áreas mais próximas à capital acabaram sendo alvos, em grande parte, de diversos despejos com o propósito de perseguir e enfraquecer o movimento do campo fluminense, para posteriormente usar as áreas para aumentar a expansão urbana.

Diante desse novo contexto, podemos identificar, por meio da análise do quadro 2, como as desapropriações feitas pelo governo estadual apresentaram expansão durante as décadas de 1950 e 1960. Todavia, apesar do rápido aumento dos despejos, pode-se observar que não se difundiu de forma homogênea pelo território fluminense. As desapropriações se caracterizaram por apresentar uma forte concentração territorial, no que atualmente classificamos como Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), representando as 14 desapropriações no estado, o que corresponde a mais da metade dos despejos no estado. Isso confirma o objetivo do governo em reduzir as tensões nas áreas mais próximas à, agora, capital fluminense.

A concentração dos despejos na RMRJ foi marcante. Por outro lado, outras regiões do estado também sofreram com tais ações, apesar de em escala reduzida, comparada com a RMRJ. Podemos citar três municípios: 1) O município de São João da Barra, localizado no Norte Fluminense, apresentou três desapropriações; 2) o Sul Fluminense com duas desapropriações, centralizadas no município de Paraty; 3) por último, a região das Baixadas com um despejo em Casimiro de Abreu.

**Quadro 2 - Áreas desapropriadas por decreto estadual nos anos  
1958/1963 no estado do Rio de Janeiro**

Área desapropriada	Município
Limeira	Nova Iguaçu
Santo Antônio do Mato	Nova Iguaçu
Paratimirim	Paraty
Independência	Paraty
Largo	São João da Barra
Ponta do Largo	São João da Barra
Atalho	São João da Barra
Engenho do Mato	Niterói
Rio das Ostras	Casimiro de Abreu
São Pedro	Nova Iguaçu
Tenente Pacheco	Nova Iguaçu
São José da Boa Morte	Cachoeira de Macacu
São Lourenço	Duque de Caxias
Capivari	Duque de Caxias
Penha-Caixão	Duque de Caxias
Piranema	Duque de Caxias
Santa Alice	Itaguaí
Vargem Grande	Itaboraí e Cachoeiras de Macacu
Rio do Ouro	Magé
Cachoeiras	Magé

Fonte: Grynszpan, 1987, org. Xavier, L.B.

Tal processo de repressão aos posseiros fez com que esses lavradores que estavam submetidos aos despejos e a outros atos violentos iniciassem um processo de resistência através da organização dos lavradores, em conjunto com o apoio de partidos de esquerda, com o objetivo de reagir a essas ações e em prol da luta pela terra. Dessa forma, emergem as primeiras organizações camponesas do estado do Rio de Janeiro. Consequentemente, surge em 1948 a primeira associação de lavradores do estado do Rio de Janeiro, a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, no município de Nova Iguaçu<sup>5</sup>. Esse movimento pioneiro do estado foi assumido por diversos lavradores, os quais destacamos, nesse trabalho, José Pureza e Bráulio Rodrigues, duas lideranças fundamentais para a organização e a luta pela terra na Baixada Fluminense. Com isso, percebe-se que o movimento pela terra no estado do Rio de Janeiro vem à tona a partir da Baixada Fluminense, propagando-se para outras regiões do estado (CORRÊA; MACEDO, 2007).

Posteriormente, foram fundadas diversas associações de lavradores no Rio de Janeiro, o que demonstrava um movimento de articulação dos camponeses no estado. Essa mobilização surge em resposta às violências vivenciadas pela população camponesa.

Entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, o movimento de organização camponesa espalhava-se tanto na escala local, como também nacional. Tal expansão pode ser exemplificada por meio da criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) cuja atuação abrangia a escala nacional. Portanto, outros lugares no Brasil vivenciavam questões associadas à luta camponesa. Esses movimentos e a formação de associações colaboraram para a melhor articulação dos camponeses (GRYNSZPAN, 1987; CORRÊA; MACEDO, 2007).

Com o avanço das lutas no campo fluminense, foi possível observar a maior politização e articulação, com isso, os lavradores passaram a utilizar diversas estratégias para impedir os despejos que estavam recorrentemente ocorrendo.

Com objetivo de organizar a luta camponesa no estado, de forma que sua atuação fosse mais assertiva, as diversas associações de lavradores recém inauguradas no estado fazem, em 1959 no município de Niterói, até então sede do governo estadual, a I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Nesse evento, é elaborada a Federação das Associações dos

---

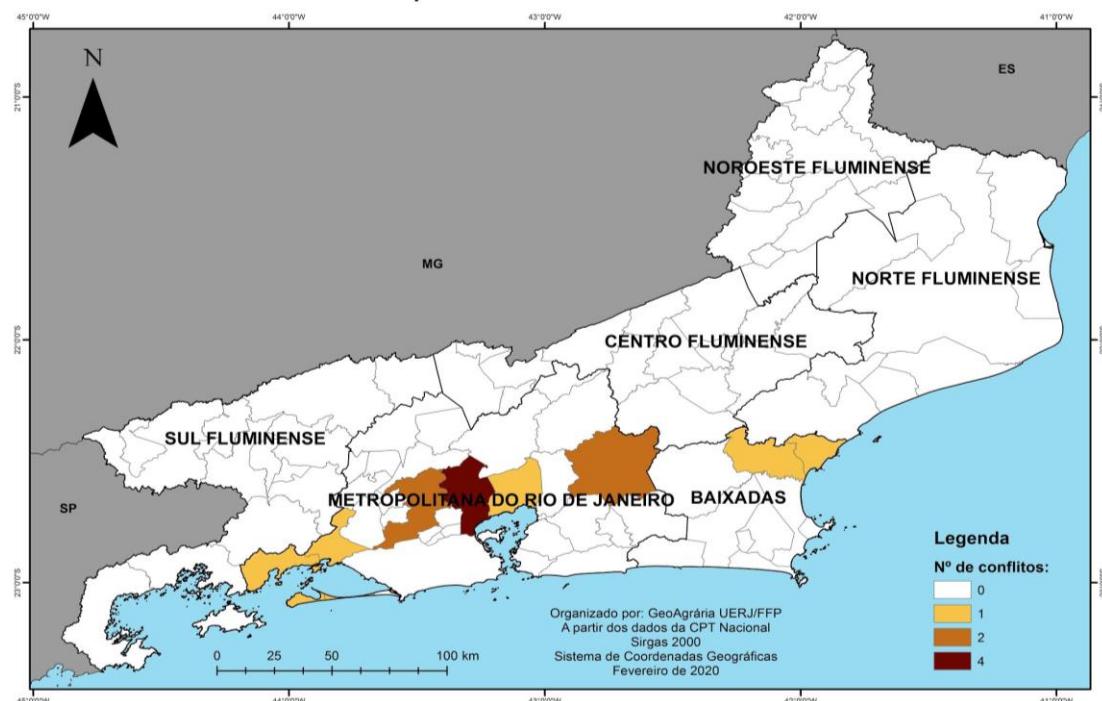
<sup>5</sup> Na época, a região de Pedra Lisa estava localizada no município de Nova Iguaçu, após as variadas fragmentações do município, atualmente a região se encontra no município de Japeri.

Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (GRYNSZPAN, 1987; CORRÊA; MACEDO, 2007).

Com a maior articulação dos lavradores, foi possível estabelecer métodos de atuação. Dentre as estratégias usadas pelos lavradores, podemos citar a realização de manifestações nas áreas urbanas, gerando maior visibilidade ao movimento e as demandas dos camponeses, como também apoio e suporte da população das cidades (PUREZA, 1982; SILVA, 2008).

À medida que os lavradores organizavam-se, as tensões intensificaram-se no campo fluminense. Com isso, pôde-se observar o aumento do número de conflitos no estado, durante a década de 1950, como está apresentado no mapa 1. É possível identificar que o entorno da capital é onde concentra-se o maior número de conflitos. Sendo assim, percebemos que o município de Duque de Caxias é o com maior incidência de conflitos, seguido por Nova Iguaçu e Cachoeira de Macacu, apresentando dois conflitos na década.

**Mapa 1 – Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – década de 1950**



Fonte: GeoAgrária, 2021

Com o avanço dos conflitos e a amplitude das ações de violência, os lavradores começaram a utilizar iniciativas mais extremas, em resposta ao aumento das agressividades presentes nos conflitos de terras.

Devido à expansão das ações violentas contra os lavradores, em 1961, ocorreu o primeiro conflito armado no município de Duque de Caxias, na Fazenda São Lourenço, que envolvia os lavradores, grileiros e a polícia (CORRÊA; MACEDO, 2007). Com a omissão do governo municipal e estadual em cooperar com os lavradores, os próprios lavradores iniciaram o conflito armado contra os policiais, que seguia as ordens judiciais de despejos. Essa mobilização exemplifica o descontentamento dos lavradores com as ações estabelecidas.

Nesse período, a articulação camponesa vinha se intensificando e, concomitantemente, as exigências em prol da igualdade no campo também. Nesse dado momento, os movimentos camponeses estavam pautados no discurso “Reforma agrária, na lei ou na marra”. Assim, os agricultores não apenas lutavam contra os despejos, mas também faziam exigências sobre as demandas do campo brasileiro.

### **2.3 Luta camponesa e seus principais personagens**

O cenário de lutas camponesas no estado do Rio de Janeiro formou-se com o auxílio de diversos personagens que foram imprescindíveis para a articulação em prol dos direitos dos posseiros. Esses sujeitos assumiram a liderança de variadas associações de lavradores, essa atuação representou a base para a luta pela terra.

Além disso, os relatos das trajetórias seguidas pelos participantes da luta camponesa demonstram a evolução desse movimento na Baixada Fluminense. Então, resgatar essas memórias é fundamental para estruturar a história desses militantes e resgatar esse passado esquecido, em muitos momentos silenciados e negligenciados, por tantos anos.

No que tange à atuação dos militantes nesse movimento social, temos diversos sujeitos que participaram ativamente desse processo em várias localidades do estado, como Laerte Bastos (Duque de Caxias), Áureo Pereira (Cachoeiras de Macacu), Rosa Geralda (Cabo Frio), Antônio Ernesto (Magé), Eraldo Lírio (Campos dos Goytacazes), Manuel Antônio (Duque de Caxias), entre

outros. Essas figuras históricas fazem diversos pesquisadores trabalhar arduamente na coleta de ações e memórias sobre a militância pela terra no estado. Nesse sentido, o presente subcapítulo tem como objetivo colaborar para divulgação de um panorama da militância na Baixada Fluminense, por meio dos relatos daqueles que participaram ativamente.

Portanto, utilizaremos o relato de dois personagens, José Pureza (1982) e Bráulio Rodrigues (2008), que foram um dos protagonistas na participação das lutas por terra no estado do Rio de Janeiro. Com isso, poderemos esclarecer as formas de organização desse segmento e compreender com riqueza de detalhes, por meio dos depoimentos dos lavradores, esse período da história do Rio de Janeiro.

### **2.3.1 José Pureza**

Nordestino, natural do estado de Alagoas, José Pureza, casado com Josefa Pureza, ao chegar no Rio de Janeiro começou a trabalhar na construção civil como estucador, em que se engajou em diversos movimentos operários.

Em 1947, José Puzera decide viver no campo, após saber da doação de terras em Xerém, no município de Duque de Caxias. O objetivo dele era viver da lavoura, além de colaborar e se envolver na mobilização camponesa. Dessa forma, Pureza inicia sua trajetória no campo fluminense.

“Com a intenção de me estabelecer no campo, procurei Américo Vespúcio de Alvarez, que se dizia dono da fazenda Penha Caixão, situada em Xerém. Pedi um pedaço de terra a ele e combinamos que lhe daria metade da produção de bananeiras que plantasse” (PUREZA, 1982, pág.18)

Enquanto Pureza tentava estabelecer-se no campo, sua esposa, Josefa, trabalhava em uma confecção de costura de roupas na Penha, bairro da cidade do Rio de Janeiro. Por muito tempo, o salário de Josefa sustentou seus filhos e o marido em Xerém. Por não ter conhecimento sobre o manuseio da terra, Pureza apresentou muita dificuldade. Entretanto, com o suporte de seus vizinhos, foi adquirindo prática com a agricultura.

No entanto, na década de 1949, os grileiros iniciam as ameaças de despejos em Xerém. Foi então que Pureza começa o movimento de luta contra os despejos, juntamente com seus vizinhos. Por intermédio dessa mobilização, Pureza percebe a ausência de uma organização que atendesse as demandas dos diversos grupos presentes no campo. Nesse sentido, Pureza (1982) assevera que

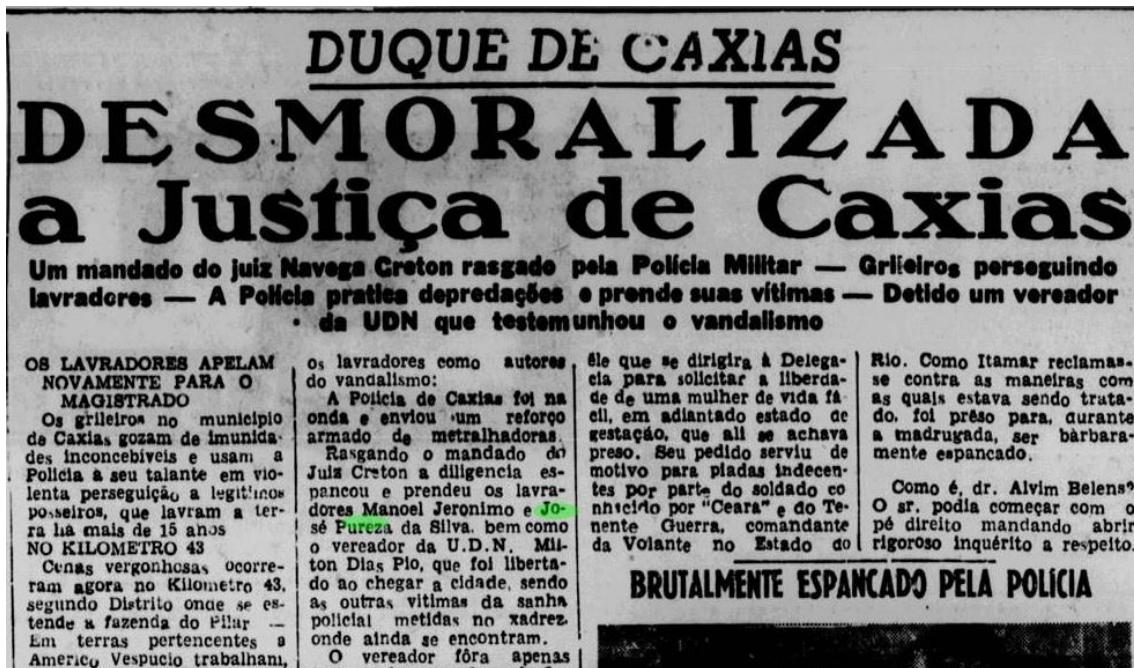
“Nessa época já existia um Sindicato de Trabalhadores Rurais em Campos, mas que só atendia às reivindicações dos assalariados da cana. Daí a necessidade de formar uma organização que defendesse todas as camadas camponesas, tais como os posseiros, meeiros, terceiros, arrendatários, pequenos proprietários, peões, colonos etc.” (pág. 25)

Dessa maneira, foi criada a Associação de Lavradores Fluminense (ALF), a primeira associação a atuar no estado do Rio de Janeiro. Após a inauguração, diversos camponeses, em vários municípios do estado, buscavam suporte em duas lutas para a Associação, na qual eram formados núcleos.

A ALF proporcionou suporte em diversos aspectos aos lavradores fluminense. O primeiro deles foi impedir os despejos com a ajuda de ações judiciais, como também de manifestações em casos mais extremos. Em diversos momentos, os camponeses eram detidos e levados às delegacias. Nessas situações, as esposas apresentavam um papel importante para a libertação dos presos, por meio de protestos exigindo a libertação dos lavradores, suas atuações foram tornando-se fundamentais na luta, foi então que decidiram fundar a “Comissão Feminina” da ALF (PUREZA, 1982).

Outra iniciativa tomada pela ALF foi a criação de uma cooperativa, mas a polícia passou a impedir o acesso de outros lavradores à associação mediante ameaças, até que chegou o momento em que o delegado da região exigiu o despejo da cooperativa. Infelizmente, conseguiram executar o despejo, além de levar toda a mercadoria. Dessa maneira, iniciou-se uma das mobilizações da ALF com maior notoriedade. A matéria publicada no jornal *Última Hora* do dia 24 de fevereiro de 1954 demonstra as ações violentas ocorridas na região.

**Figura 1 – Reportagem sobre despejos no município de Duque de Caxias**



Fonte: Jornal Última Hora, 1954

Após o despejo da Cooperativa e as movimentações da ALF contra o despejo, Pureza sofre diversas ameaças e tentativas de assassinato, todas sem sucesso. Contudo, o despejo judicial permaneceu. Em 1955, ocorreu o despejo judicial de Capivari, o qual englobava a fazenda Penha Caixão. Os despejos ocorreram mesmo após a comprovação de que os títulos apresentados eram falsificados. Durante o despejo, que classificavam como "horríveis", ocorreram derrubada das casas e retirada das famílias das propriedades, porém, havia também roubos de todos os bens e de produtos cultivados pelas famílias, como ressalta Pureza (1982).

"Roubaram tudo: o milho já debulhado, o que estava na roça para colher, e até as máquinas de costura das nossas mulheres, adquirida com tanta dificuldade. Não tínhamos o direito de ficar nem com a criação de galinhas e de outros bichos" (PUREZA, 1982, pág. 30)

Assim, vemos que o processo de despejo envolvia não só a retirada da terra, mas também outros atos de violências e perda de bens dos agricultores, que nunca foram indenizados por isso.

Com a retirada dos lavradores da terra, estes organizaram-se e foram para a cidade de Niterói, onde acamparam no Campo do São Bento, aproximadamente um mês, como forma de

manifestação, exigindo que o governo do estado assentasse os lavradores despejados de Capivari em outras terras. Nesses momentos, era possível mostrar para a população das cidades as reivindicações e as carências presentes no campo e, assim, adquirir apoio. No final da ação, o governo estadual cedeu as terras no município de Casimiro de Abreu.

A chegada em Casimiro de Abreu apresentou diversas dificuldades, visto que os lavradores tinham que esperar a primeira colheita. As áreas que foram ofertadas eram distantes do centro, aproximadamente 3 horas caminhando, além das condições de relevo serem íngremes, o que dificultava o cultivo. Após um ano, os lavradores foram novamente despejados. Os recorrentes despejos demonstram a negligência e omissão do Estado com relação aos lavradores e as suas famílias (PUREZA, 1982).

Após o último despejo, os lavradores e suas famílias retornaram a Xerém, em 1960, após Roberto da Silveira assumir o cargo de governador do estado, filiado ao Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB).

Esse acontecimento exemplifica uma das lutas e as constantes dificuldades vividas na realidade camponesa na região da Baixada Fluminense. Como podemos observar, os lavradores não apresentavam suporte nenhum do Estado.

### **2.3.2 Bráulio Rodrigues**

O caminho seguido por Bráulio Rodrigues até sua atuação na militância camponesa antecede a sua chegada ao Rio de Janeiro. Natural do norte de Minas Gerais, aos seis anos de idade ficou órfão, posteriormente levado para Belo Horizonte, onde trabalhou em diversas funções, como engraxate e vendedor de jornais. Na fase adulta, encontrou um primo de seu falecido pai, este conseguiu que Bráulio conseguisse servir no quartel.

Após a retirada do quartel, passou a apresentar interesse pelos movimentos contra a ditadura varguista e a favor da libertação e anistia dos presos políticos do partido comunista. A partir desse momento, passou a acompanhar as reuniões da Juventude Comunista, apesar de não estar participando formalmente. Logo em seguida, passou a atuar de forma mais ativa e filiou-se ao Partido Comunista. Com isso, começou participar das passeatas, comícios, greves e reuniões, estas que ocorriam de forma clandestina, visto que o movimento comunista era perseguido. Todo esse

processo foi seguido de forma espontânea por Bráulio, mesmo sem conhecer ninguém que participasse do partido (SILVA, 2008).

Segundo Bráulio (2008), sua primeira atuação em manifestações foi na greve da oficina da Estrada de Ferro Leopoldina, em Belo Horizonte, onde foi preso e levado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Após libertado, ficou registrado como agitador. Apesar de ter sido preso, permaneceu na luta pela liberdade democrática. Depois disso, começou a intensificar a sua participação no Partido Comunista.

Um tempo depois, iniciaram-se, em 1946, as eleições e Bráulio chega no Rio de Janeiro nesse contexto. A princípio ele resolve mudar-se para Volta Redonda para trabalhar na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Por ser alfabetizado, foi promovido para o cargo de apontador, responsável por contabilizar os funcionários e o material da obra (SILVA, 2008).

Entretanto, em 1947, o Partido Comunista, novamente, é colocado na ilegalidade. Então, em 1948, o coronel Edmundo Macedo exigiu o encerramento do Partido Comunista de Volta Redonda. Devido a esse fato, Bráulio foge de Volta Redonda e se transfere para Nova Iguaçu, onde inicia a sua luta pela terra.

O município de Nova Iguaçu foi escolhido como refúgio de Bráulio, pois já havia um primo dele que morava no município. Na nova localização, Bráulio inaugura uma célula do partido comunista. Em busca de uma nova fonte de renda, foi buscar emprego na construção civil, área em que atuava anteriormente. Entretanto, ao conhecer o movimento pela terra em Nova Iguaçu, em 1948, Bráulio começa seu engajamento com a luta camponesa na Baixada Fluminense.

A aproximação e o engajamento dele com o movimento de luta pela terra fizeram com que se tornasse membro ativo. Dessa forma, tornou-se relações públicas da Associação dos Posseiros do Sexto Distrito de Nova Iguaçu, adquirindo um papel de grande relevância e liderança na região.

A associação executava algumas funções de suporte aos lavradores, como a divisão e distribuição de lotes para moradia e plantação. Nesse sentido, conforme chegavam mais lavradores para ocupar a área, eles se inscreviam na sede da associação, onde esperavam até a distribuição de novos lotes. Nesse sentido, Silva (2008) assevera que

“Eles se inscreviam, na sede da associação e tinha uma coisa objetiva: as pessoas reservavam um lote para morar e o lote para trabalhar. (...) O pessoal ia entrando, ia se inscrevendo. (...) Não podia escolher, era tudo do mesmo tamanho: mais ou menos uns três hectares para cada um, mais ou menos isso, de dois a três hectares até cinco alqueires, dependendo de ter morro. Ali se povoou e foi criada a associação” (SILVA, 2008, pág.23)

Além da distribuição de lotes, a associação também era responsável por questões que envolviam divisões de terra e discussões entre os lavradores. Os filiados também tinham o direito à pensão às viúvas e viúvos, apesar do baixo valor, para a época era um grande avanço adquirido pelo movimento. Uma forma de gerar suporte aos familiares a longo prazo (Ibidem: 25).

Mesmo com toda a organização do movimento, os lavradores tiveram que vivenciar diversos despejos na região e atos violentos. Como aponta Silva (2008)

”Nós tivemos muita luta, muito despejo. Quando a gente era despejado, saía e voltava no outro dia. Os despejos eram feitos pelos que diziam que eram donos da terra.” (SILVA, 2008, pág. 24)

As ações contra os despejos eram realizadas pelos próprios lavradores que atuavam em prol dos seus direitos e contra os atos feitos pelos grileiros e fazendeiros locais. Podemos citar o caso da Fazenda São Pedro, em Nova Iguaçu, com o despejo dos lavradores classificado como extremamente violentos.

Em consequência da agressividade usada no despejo, inicia-se um movimento de resistência, que resulta em trabalhadores recusarem-se a sair e abandonar suas casas. Para proteger as áreas, os lavradores começaram a cercar e impedir o acesso da polícia e dos jagunços, além do uso de foguetes para impedir a aproximação. Essas ações conseguiram fazer com que os despejos não ocorressem a princípio.

Como podemos observar, os lavradores e suas famílias viviam diante de uma condição de vulnerabilidade e de violência material e psicológica. Nesse sentido, os lavradores se viam obrigados a enfrentar os grandes proprietários e falsos grileiros, mesmo com seus poucos recursos,

dessa forma, a radicalização do movimento tornou-se uma estratégia utilizada (MEDEIROS, 2018).

O movimento foi se intensificando e adquirindo maior abrangência local e nos noticiários, então, como uma ação drástica, os lavradores invadiram a sede do palácio do governo estadual, naquele momento localizado no município de Niterói, em desacordo ao despejo da fazenda São Pedro e contactaram Roberto da Silveira, o governador. Havia mais de 400 pessoas participando (SILVA, 2008). Após a invasão, o governador assinou a desapropriação da fazenda.

As manifestações e ocupações foram estratégias fundamentais para dar visibilidade ao movimento de luta pela terra, além de colaborar para fortalecer os laços entre os grupos urbanos e rurais. Silva (2008) destaca o apoio fornecido pela população do entorno do palácio “*A vizinhança do Ingá levava leite, levava pão para a gente comer, porque a gente não podia sair de lá*” (SILVA, 2008, pág. 29).

O caso da fazenda São Pedro, exemplifica uma das ações que foram desenvolvidas por Bráulio com os outros lavradores. Esses movimentos representavam grande suporte e deram notoriedade à luta camponesa na Baixada Fluminense. Entretanto, as próximas décadas representaram uma redução drástica dos movimentos sociais por conta do golpe de 64. Portanto, antes nos cabe fazer algumas considerações preliminares sobre o significado do golpe no meio rural do estado do Rio de Janeiro.

## **2.4 Considerações sobre o golpe militar e a repressão aos movimentos de luta pela terra no Rio de Janeiro**

Embora houvesse tido uma expansão com relação aos movimentos sociais no campo, o golpe de 64 representou grande impacto nos variados segmentos da sociedade, inclusive os voltados para a luta pela terra. Dessa forma, pretende-se compreender o reflexo do regime no meio rural fluminense e em sua população.

A partir do momento que buscamos entender a dinâmica social desse período, podemos perceber que foi marcada por muita repressão e violência, com as quais, comumente, são citadas

perseguições aos partidos comunistas e aos movimentos estudantis. Entretanto, foram variados os movimentos que sofreram com a repressão dos governos militares (MEDEIROS, 2018).

Como citado anteriormente, o período pré-golpe, no meio rural fluminense, já era marcado por diversos conflitos, dos quais a maior parte concentrou-se nos municípios próximos a cidade do Rio de Janeiro. Com o auxílio das lideranças locais e de iniciativas coletivas, como a formação das associações, foi possível sanar diversas demandas dos lavradores e impedir algumas ações contra os lavradores, que a cada ano ampliavam mais (GRYNSZPAN, 1987; CORRÊA; MACEDO, 2007; MEDEIROS, 2018).

Contudo, no pós-golpe de 1964, pode-se observar uma grande alteração na dinâmica dos movimentos do campo e no cotidiano dos camponeses. Tais transformações estão associadas diretamente à intensificação do uso da violência e da repressão, as quais já existiam no campo fluminense. Nesse sentido, é indispensável refletir sobre as relações de poder estabelecidas durante o período do regime, que se difere do período pré-golpe e seu desenvolvimento ao longo da história. Portanto, iremos elaborar um panorama acerca de tais modificações.

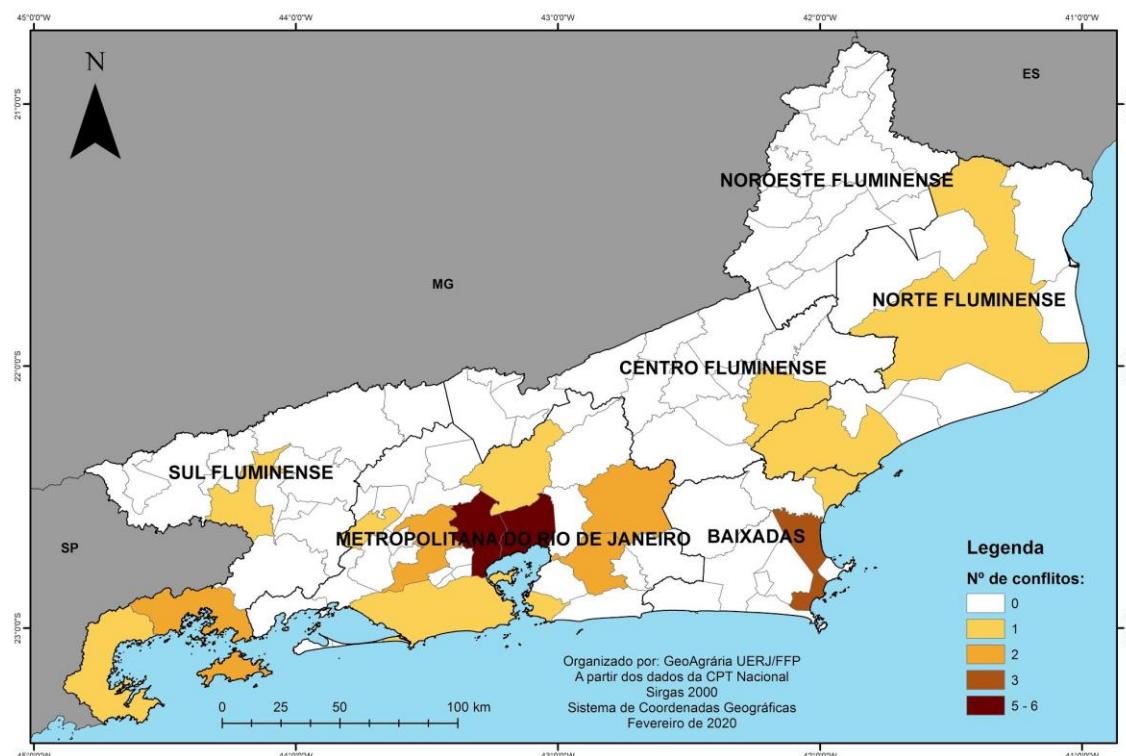
O golpe empresarial-militar representou a paralisação do crescimento dos movimentos de luta pela terra, que apresentavam uma grande expansão na década de 1950. O pós-regime foi marcado, profundamente, pela as ações de perseguições violentas aos movimentos sociais do campo e as suas lideranças, além de apresentar um discurso contra a expansão da “ameaça comunista”, muito abordado mundialmente devido ao contexto de Guerra Fria. A implementação do regime não só apresentou a ação militar, como também atuação intensa da parceria de outros setores, principalmente do agrário e urbano-industrial, os quais, em seguida, foram beneficiados com diversas ações do regime empresarial-militar. Nesse sentido, a perseguição aos movimentos do campo foi seguida de atos de extrema violência, como: ameaças, despejos, prisões, torturas e assassinatos de participantes e lideranças (MEDEIROS, 2018).

Com o medo instaurado devido ao início ao golpe de 1964, foi inibida a atuação dos movimentos pela terra. Com objetivo de fugir das ações do governo, várias lideranças de movimentos locais, especialmente em áreas com maior tensão social, se dispersaram com objetivo de fugir das perseguições. Portanto, era objetivo do Estado desarticular as práticas dos movimentos rurais com propósito de inibir os conflitos e silenciar os opositores ao regime (*Ibidem*).

Nesse sentido, outro processo estabelecido pelo regime empresarial-militar foi beneficiar as elites agrárias por meio da devolução de terras aos antigos proprietários e grileiros, utilizando a justificativa de que a cidade do Rio de Janeiro apresentava uma predisposição à expansão urbana e, por isso, deveria abandonar suas atividades rurais. Dessa maneira, a expulsão dos trabalhadores rurais aumenta, consequentemente, os conflitos também se intensificam.

Portanto, por meio da análise do mapa 2, identificamos uma expansão dos conflitos no estado na década de 1960, já refletindo os impactos do golpe de 64, concentrando-se em grande parte, novamente, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como podemos observar, a abrangência territorial aumentou, incluindo, também, outras regiões como: Norte Fluminense, Centro Fluminense e o Sul Fluminense.

**Mapa 2 – Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – década de 1960**



Fonte: GeoAgrária (2021)

Com propósito de minimizar as tensões potencializadas ao longo da década de 60, os governos militares iniciam projetos voltados para o campo, como estratégia para evitar possíveis ampliações dos conflitos agrários. Com isso, em 1964 é criado o Estatuto da Terra (MEDEIROS, 2018).

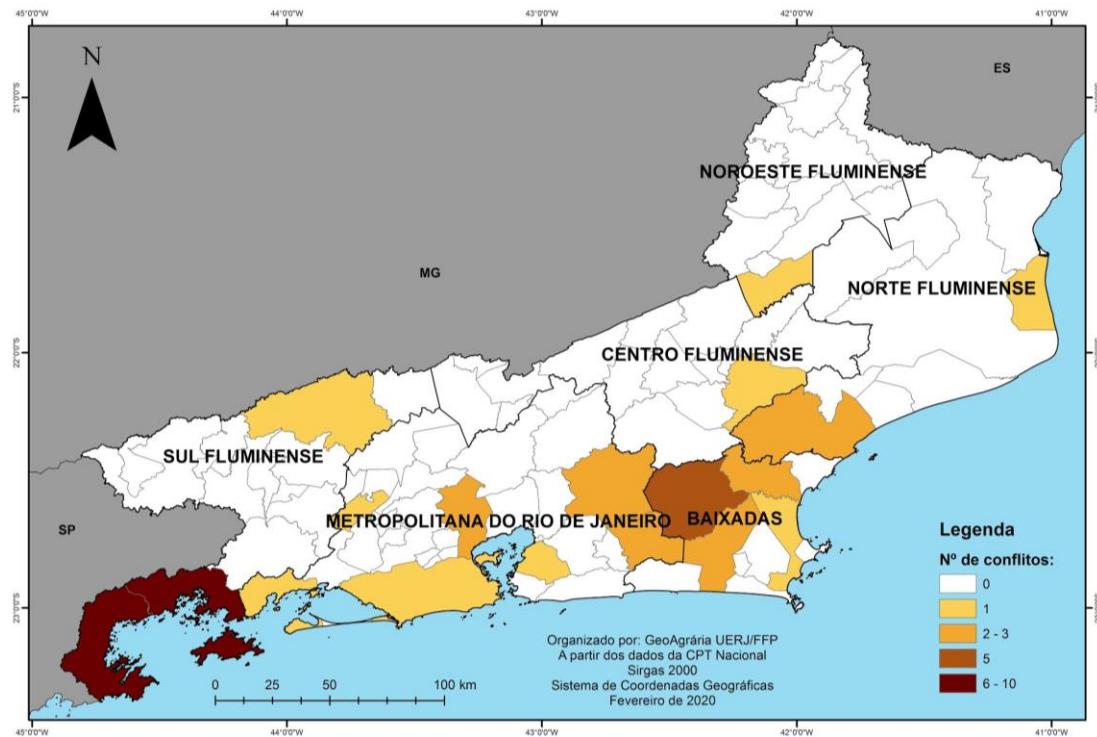
Já na década de 70, houve a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Previdência Rural. Esse período apresentou o aumento da modernização do campo, área em que o regime empresarial-militar buscou investir, gerando, consequentemente, a retirada dos posseiros e abertura de usinas.

Outro setor que também adquiriu investimento durante o regime empresarial-militar foi o de turismo, com criação de rodovias que facilitavam o acesso às áreas litorâneas, principalmente, no Sul Fluminense e nas Baixadas<sup>6</sup>. Ao passo que ocorria o aumento nos investimentos em modernização agrícola e em infraestrutura para o turismo, os conflitos intensificaram-se, sobretudo, na região do Sul Fluminense, como está apresentado no mapa 3. Diferentemente dos mapas das décadas anteriores, podemos perceber que a espacialização dos conflitos se alterou, no momento em que a região Metropolitana do Rio de Janeiro deixa de ser a área com maior concentração de conflitos. Em contrapartida, o Sul Fluminense teve que lidar com as complicações em razão das ações governamentais.

---

<sup>6</sup> Temos como exemplo: a criação das estradas Rio-Santos, Rio-Campos e a Ponte Rio-Niterói.

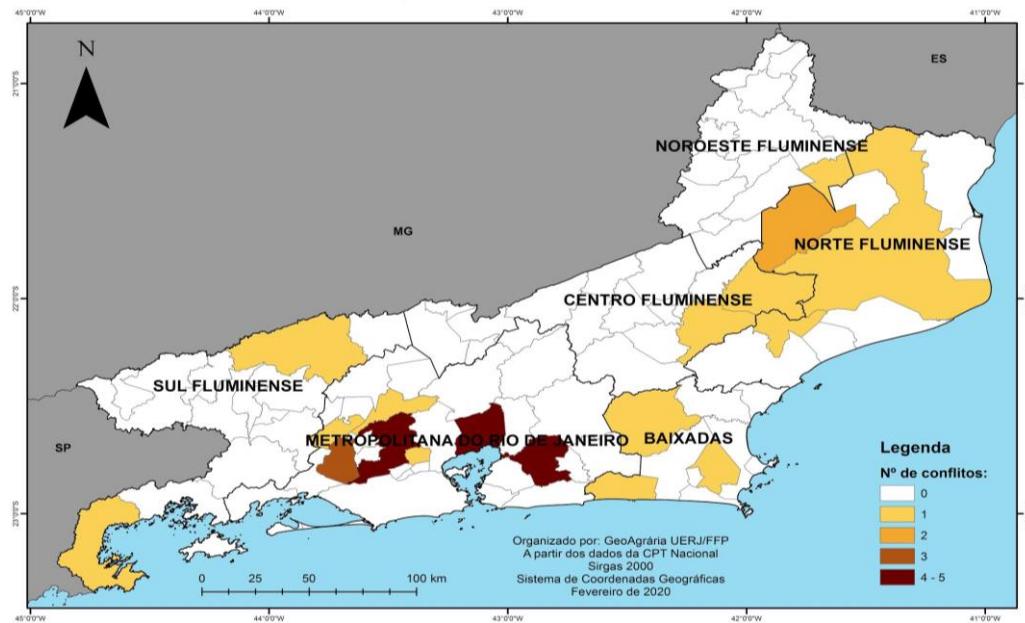
**Mapa 3 – Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – década de 1970**



Fonte: GeoAgrária (2021)

Já na década de 1980 (ver mapa 4), temos a retomada gradativa dos movimentos sociais no Brasil, tendo em vista a proximidade com o fim do regime e seu enfraquecimento, com isso o retorno aos movimentos pela terra. Nesse momento, as ações em defesa da terra ressurgem no contexto fluminense. A espacialização dessas manifestações volta a ser na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, especificamente, nos municípios de Nova Iguaçu, Magé e Itaboraí.

**Mapa 4 – Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro – Década de 1980**



Fonte: GeoAgrária (2021)

Com isso, a década de 80 apresentou diversas transformações na organização espacial e na dinâmica política brasileira, devido ao fim do regime e com o início do primeiro governo civil. No que tange às questões que envolvem os espaços rurais, o novo governo implementou novas iniciativas. Pensando nisso, em 1985, o governo iniciou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) representando um novo momento de conquista para a reforma agrária no Brasil (MEDEIROS, 2018). Entretanto, as dificuldades relacionadas com a documentação das terras e os constantes processos de grilagem ao longo da história ainda eram um obstáculo que dificultava a reforma agrária de forma mais acentuada.

### **3 CAPÍTULO II - AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: O CASO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**

Como enfatizamos no capítulo anterior, os municípios da Baixada Fluminense vivenciaram, durante a década de 1940 a 1960, a articulação dos primeiros movimentos de luta camponesa no estado do Rio de Janeiro. Suas ações buscavam suprir as reivindicações de um grupo social que se apresentava diante de um contexto social marcado por despejos, grilagens e incessante violência ampliada, consideravelmente, logo após o início do regime militar. Mediante os relatos das trajetórias dos militantes e dos dados apresentados ao longo do trabalho, identificamos que o município de Nova Iguaçu se apresentava como uma das áreas com recorrentes conflitos por terras. Esses processos de periferização urbana da Baixada e a sua relação com os movimentos de luta pela terra dos posseiros apontam para a necessidade de analisarmos essas questões articulando as questões rurais e urbanas.

Autores como Maia (2018) já nos apontam que os movimentos rurais e urbanos na região da Baixada Fluminense se apresentam inseparáveis. Para a autora, “*não podemos apreender devidamente o lugar do rural na região sem que o consideremos em sua articulação com os espaços e dinâmicas urbanas e, especificamente, periféricas*” (MAIA, 2018, p. 95). Estas questões se intensificam e assumem outros significados após os regimes militares, com uma enorme intensificação da urbanização da região.

O novo contexto social e histórico que passa a caracterizar o município de Nova Iguaçu, acaba por nos conduzir à utilização de abordagens conceituais que considerem, com maior intensidade, a relação entre as áreas e atividades caracterizadas como rurais e urbanas. Dessa forma, buscaremos compreender os conceitos de agricultura urbana e periurbana, já que boa parte dos agricultores do município passam a se enquadrarem nesta perspectiva, em especial, a cooperativa Univerde, de que falaremos no próximo capítulo.

Nesse sentido, visamos analisar os termos agricultura urbana e periurbana (AUP), sua construção como conceito ao longo das últimas décadas no meio acadêmico, entender os principais elementos que a constituem e as múltiplas abordagens feitas pelos estudiosos dessa temática. Apesar da agricultura nos arredores das cidades ser uma prática antiga, o conceito de AUP ainda

apresenta diversas dificuldades de definição. Tais questões serão apresentadas com mais detalhes ao longo do capítulo.

Destacaremos também o processo histórico de formação das políticas públicas em território nacional voltadas para a AUP. Para tal objetivo, utilizamos informações do documento “Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras”. A partir desse documento, poderemos identificar os dados de que se concentram as ações voltadas para esta temática.

Neste sentido, pretendemos no presente capítulo abordar o município de Nova Iguaçu e sua reorganização socioespacial após o fim da ditadura militar e entender as novas condições propostas para o setor agrícola municipal.

### **3.1 Agricultura Urbana e Periurbana no município de Nova Iguaçu**

Historicamente, a agricultura, nos municípios da Baixada Fluminense, foi permeada pela intensa disputa por terras entre os posseiros, grileiros e o Estado – processo fortemente relacionado à metropolização acelerada e periferização da Baixada Fluminense. Em resposta à sucessão de atos violentos contra os trabalhadores rurais iniciam-se as primeiras organizações camponesas. Entretanto, com o golpe de 1964 e a imediata repressão aos movimentos sociais, temos a desarticulação e a inibição das suas ações<sup>7</sup> (MEDEIROS, 2018). Contudo, na década de 1980, com o fim do regime militar, ocorre a retomada das mobilizações populares, sobretudo, às relacionadas à ocupação de terras.

Embora o processo de reorganização dos trabalhadores rurais tenha sido lento, o principal foco desses grupos no estado do Rio de Janeiro, neste momento, esteve atrelado às centrais sindicais e também às ações voltadas para denunciar atos violentos que permaneciam ocorrendo

---

<sup>7</sup> Torna-se necessário destacar que ao longo do regime militar temos a participação mais ativa de iniciativas envolvendo a Igreja Católica e o sindicalismo, como: o Círculo de Operários Cristãos e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Com relação a essa temática Medeiros (2013) cita diversos líderes eclesiásticos que se destacaram, são eles: Dom Adriano Hipólito, da diocese de Nova Iguaçu, Dom Mauro Morelli, de Duque de Caxias, Dom Waldir Wilderink, de Itaguaí entre outros .

contra os trabalhadores rurais. Naquela conjuntura política, identificamos avanços com a eleição de Leonel Brizola para governador do estado em 1982, o que representou um trunfo para a luta camponesa, dado o histórico de participação do governador em relação as demandas dos camponeses (*ibidem*, p. 83)<sup>8</sup>.

Entretanto, o regime de intensa repressão proporcionado pela ditadura militar gerou efeitos permanentes sobre os trabalhadores rurais fluminenses que refletiram diretamente em suas ações. Nesse sentido, Medeiros (2013, pág. 87) declara que as mobilizações camponesas no pós-ditadura apresentavam “*a tendência à atomização das resistências*” que as ações ocorriam em áreas isoladas, de maneira que evitavam, a princípio, o processo de despejos, porém, havia pouca articulação entre as mobilizações em outras áreas do estado. Para a autora, o emprego da violência contra os lavradores e suas famílias ao longo dos períodos de ditadura militar impactou na redução das ações, dessa forma

“(...) falar dos conflitos no campo no regime militar é também levar em consideração que, numa situação de internalização do medo, em muitos lugares os trabalhadores simplesmente abandonaram suas terras e migraram para as cidades. (...) Dificilmente teremos condições de captar as condições efetivas que levaram as pessoas a não resistirem (MEDEIROS, 2018, pág. 87)

Dessa forma, observamos que mesmo com o fim da ditadura, diversas sequelas se mantiveram nos movimentos sociais que, posteriormente, repercutiram nos municípios da Baixada Fluminense. No que se refere ao município de Nova Iguaçu, pertencente à região da Baixada Fluminense, observam-se diversas transformações em sua organização espacial durante a década de 1980.

Dentre as mudanças que podemos citar, o processo de fragmentação do município apresenta destaque principalmente no fim da década de 80. De acordo com Lança (2013), após o fim do

---

<sup>8</sup> Medeiros (2018, pág. 83) especifica sobre a atuação de Leonel Brizola com a luta dos trabalhadores rurais “Brizola apoiou a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul, quando assumiu o comando daquele estado (1959/1963); foi coordenador da Campanha à Legalidade, em 1962; deputado federal pelo Estado da Guanabara quando terminou seu mandato no governo do Rio Grande do Sul e considerado o estimulador dos “Grupos de Onze”

regime militar, a população descontente com as políticas de investimentos seletivos estabelecidos pela prefeitura suscitou a necessidade de emancipação de diversas áreas, visto que moradores de diversas áreas recebiam “*de forma ínfima a reciprocidade da municipalidade em termos de bens e serviços públicos*” (LANÇA, 2013, pág,33). Nesse sentido, a autora assevera que

“Assim, os novos “contingentes emancipatórios” se reiniciaram a partir de 1983, com a relativa democracia explicitada nas eleições diretas para governadores e prefeitos. Mas apesar de recomeçadas as tentativas de emancipação no início da década de 80, apenas nos anos 1990 é que os novos municípios foram instituídos, sendo eles: Belford Roxo (para quem Nova Iguaçu perde parte de seu parque industrial, com a saída da Bayer em 1990), Queimados também em 1990, Japeri em 1991 e, por fim, Mesquita em 1999” (LANÇA, 2013, pág. 33)

A fragmentação não só reduz a extensão territorial e populacional iguaçuana, como também em aspectos econômicos, sobretudo, na arrecadação dos impostos<sup>9</sup>. Apesar das drásticas reduções nas mais variadas esferas que ocorreram nas últimas décadas, atualmente, Nova Iguaçu permanece como o 4º município com maior população residente no estado do Rio de Janeiro<sup>10</sup>, sendo a população urbana de 787.563 habitantes e população rural de 8.694 habitantes (IBGE, 2021).

Com objetivo de aumentar as arrecadações que haviam sido reduzidas consideravelmente e devido o histórico fluminense de valorização das áreas urbanas, o município de Nova Iguaçu estabeleceu por meio do Plano Diretor do Município, de 1997, o território municipal totalmente urbano, desprezando as áreas rurais (LANÇA, 2013; SANTOS; SOUZA; TAVARES, 2017). Essa ação desenvolvida pela prefeitura dificultava, em diversos aspectos, a prática da agricultura, sobretudo, para a obtenção de crédito agrícolas e participação de programas do governo<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> É importante destacar que já são antigas as emancipações municipais, como as que ocorreram na década de 40, onde temos o desmembramento de Duque de Caxias (1943) levando a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a sede da Refinaria de Duque de Caxias da Petrobrás (REDUC); Nilópolis e São João de Meriti (1947).

<sup>10</sup> A classificação dos municípios com maior população segundo o IBGE (2021), são: do Rio de Janeiro, em primeiro lugar; São Gonçalo em segundo e Duque de Caxias em terceiro.

<sup>11</sup> Podemos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Apenas em 2008, após reivindicações dos movimentos sociais iguaçuanos, houve a alteração do Plano Diretor do Município, reconhecendo as zonas rurais. Mesmo após tal conquista, essa ação não representou que a prefeitura tenha fornecido qualquer investimento para o desenvolvimento desse setor. A respeito disso, Santos, Souza e Tavares (2017) destacam que

“Apesar da alteração do plano diretor, em que esse passa a reconhecer a zona rural, ainda não é o suficiente para o desenvolvimento da agricultura local. Isso vai se dar à medida em que a construção dessas políticas tenha como protagonista os próprios produtores” (SANTOS; SOUZA; TAVARES, 2017, pág. 2).

Neste sentido, percebemos que o contexto da agricultura no município de Nova Iguaçu tem forte relação com os processos de intensa urbanização, que acabam por permear muitos debates. No contexto da agricultura, vemos fortes demandas no que se refere às políticas que possam apoiar tanto agricultores nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas. Estando a Univerde localizada numa periferia urbana de Nova Iguaçu, destacamos ainda mais a necessidade do debate em torno da agricultura urbana e periurbana e seus desafios.

### **3.2 Conceituação e origem da Agricultura Urbana e Periurbana**

A agricultura nas cidades e seus arredores é um fenômeno muito antigo na história da humanidade, sendo identificado em diversas sociedades. Como abordado por Zaar (2011), havia a presença de jardins no Egito e na Grécia, onde se cultivavam verduras, legumes e ervas, associado aos templos onde eram utilizados para cerimônias religiosas, além de fornecerem sombra e alimentos para consumo local. Tais modelos eram comuns, pois a população tinha sua produção próxima às cidades com objetivo de facilitar a comercialização e o consumo. Esse modelo foi seguido na Idade Média momento no qual as hortas e os jardins estavam em monastérios, palácios, conventos que serviam não só para colaborar na dieta das famílias locais, como também em aspecto paisagístico e estético como representação da vida pacata no campo (ZAAAR, 2011).

Apesar desse passado remoto que tem a agricultura nos arredores das cidades, o conceito de agricultura urbana e periurbana tem sido elaborado a partir da metade do século XX. A complexidade presente nas relações entre o meio rural e o urbano no período atual, faz com que a clássica construção dicotômica desses dois conceitos não seja suficiente para compreender a dinâmica espacial. Nesse sentido, torna-se fundamental o conceito de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), como sendo uma das categorias que perpassam os debates sobre urbano-rural, considerando as circunstâncias em que se encontram as recentes formas de produção de alimento, expandindo-se cada dia mais nas áreas urbanas por meio de diversos movimentos sociais de resistência, organizações comunitárias e iniciativas governamentais, (abordados mais detalhadamente no decorrer deste trabalho), que estimulam a prática agrícola nas áreas urbanas, levando a refuncionalização destes espaços (*Ibidem*). Entretanto, apesar de tal conceito ter ganhado espaço nas pesquisas acadêmicas, com o crescente número de estudos realizados nos últimos anos, o tema ainda apresenta grande dificuldade para a sua compreensão.

\*\*\*

Em 1999, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) foi uma das instituições responsável por expandir as discussões sobre o tema, a partir do momento em que utiliza o termo Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) como uma alternativa de enfrentamento às crises alimentares. A AUP abrange questões que envolvem as mais diversas áreas, como: (a) desenvolvimento sustentável, (b) produção de alimentos sem produtos químicos, (c) educação socioambiental, (d) trabalho justo e (e) acesso à alimentação de baixo custo. Esse modelo produtivo ocorre em áreas urbanas que apresentem espaços ociosos ou em espaços que estejam próximos ao perímetro urbano. Nesse sentido, Zaar (2011, p.2) salienta que

“ El término “agricultura urbana” fue propuesto en 1999 por la FAO con el objeto de referirse a un tipo de agricultura que se constituyó en el marco de la seguridad alimentaria

en los países subdesarrollados, aunque también está en franca expansión en países desarrollados con otros objetivos” (ZAA, 2011).<sup>12</sup>

Tal prática tornou-se pauta nos debates da FAO, tendo sua elaboração no ano de 1999 em Roma. Esse documento com o título “Agricultura urbana e periurbana” representou uma das principais discussões em escala global sobre a temática. No documento, é possível observar as transformações históricas e sociais que contribuíram para a expansão da AUP, como estratégia a ser implementada nas áreas urbanizadas em todo o mundo (FAO, 1999).

O uso desse modelo produtivo em diversos países é comumente relacionado ao grande crescimento econômico, o intenso êxodo rural e o inchaço desordenado das cidades, intensificando a pobreza nas áreas urbanas. A partir dessa lógica, pode-se concluir que a visão comumente apregoada pelos pesquisadores e instituições que abordam a AUP relaciona a pobreza urbana, o crescimento econômico e o aumento dos índices populacionais urbanos, como os responsáveis por ampliar a pobreza, visto que as condições de vida nas cidades tornam-se mais precárias em aspectos como moradia, equilíbrio ambiental, condições sanitárias, empregabilidade, segurança alimentar entre outros. Como é apresentado pela FAO (1999), demonstrando que o grande problema das cidades está relacionado diretamente a sua evolução desordenada.

El suministro de alimentos inocuos y nutricionalmente adecuados a los habitantes de las ciudades representa un reto considerable. El desempeño de esta tarea en condiciones de crecimiento y congestión exige que los encargados de adoptar políticas aprovechen las oportunidades para integrar la ordenación de los recursos y las actividades de planificación, comprendiendo las posibles vinculaciones entre las zonas rurales y urbanas y previendo los cambios en las necesidades de los ciudadanos del país, tanto rurales como urbanos<sup>13</sup> (FAO, 1999)

---

<sup>12</sup> A tradução do texto “O termo “agricultura urbana” foi proposto em 1999 pela FAO para se referir a um tipo de agricultura que foi estabelecida no âmbito da segurança alimentar em países subdesenvolvidos, embora também esteja se expandindo rapidamente em países desenvolvidos com outros objetivos.”

<sup>13</sup> O texto traduzido “Fornecer alimentos seguros e nutricionalmente adequados para os moradores das cidades representa um desafio considerável. Executar esta tarefa em condições de crescimento e congestionamento exige que os formuladores de políticas aproveitem as oportunidades para integrar a gestão de recursos e atividades de planejamento, entendendo as ligações potenciais entre as áreas rurais e urbanas e antecipando as mudanças nas necessidades dos cidadãos do país, tanto rurais como urbanas”

A respeito deste assunto, Milton Santos (2013) pontua que com grande frequência os pesquisadores buscam justificar a causa da pobreza, em especial, a pobreza urbana, como sendo causada pela explosão demográfica e o êxodo rural. Quando aceitamos essas afirmações, estamos nos assemelhando e concordando com as teorias propostas por Malthus, em que o aumento da população apresenta maior quantidade de problemas sociais, econômicos e ambientais. Entretanto, entender a pobreza a partir desses dois argumentos é um equívoco, já que a noção de pobreza varia em cada local, visto que não é estática. Por muitos anos o conceito de pobreza esteve ligado às análises estatísticas elaboradas por organizações internacionais, contudo esse modelo de medição não é o suficiente, já que “*cada lugar é uma combinação de diferentes modos de produção*” (SANTOS, 2014, pág. 24).

Portanto, não existe a possibilidade de uma única pesquisa, de base quantitativa, se adequar em todas as realidades do mundo, além de ser um levantamento econométrico, o que acaba distorcendo os resultados, já que a pobreza vai além da privação ou escassez de bens materiais. Com isso, identificamos que a ideia de pobreza nas áreas urbanas é complexa e o próprio conceito apresenta também dificuldades para a sua construção. Usar a justificativa das migrações é apenas uma forma de culpabilizar aqueles que são flagelados pela pobreza. Como assevera Santos (2013)

Quantas vezes nos estudos das ciências humanas, assim como nos documentos dos planejadores, não lemos que a economia urbana não estava em condições de acolher a grande quantidade de migrantes, responsabilizados assim não somente por seu próprio empobrecimento como também pelos dos centros urbanos? (SANTOS, 2013, pág. 25)

Com isso, se faz necessário descontruir esse argumento. Além disso, outro aspecto muito utilizado como justificativa para a pobreza é o grau de modernização dos espaços. Nesse sentido, o autor aborda o conceito de dualismo estrutural, no qual as sociedades são divididas em dois circuitos: o primeiro dito moderno ou superior, receptor de privilégios seguido pela lógica capitalista chamado de setor moderno. Já o segundo apresentaria as estruturas tradicionais ou inferiores, sendo classificadas como atrasadas ou o setor pobre da economia. O segundo setor é comumente relacionado como um obstáculo para a modernização, visto que “(...) prega a

*necessidade de modernizar para eliminar a pobreza*" (SANTOS, 2013, pág. 27), como se os circuitos não fossem dependentes entre si, mas opostos.

Em oposição à perspectiva supracitada, Santos (2013) aponta a impossibilidade da existência de um circuito exclusivamente superior ou inferior, sendo toda sociedade e economia constituídas e interligadas por ambos. Além disso, o autor afirma que a modernização é a responsável pela expansão do subdesenvolvimento e também da pobreza. Nesse sentido, a justificativa de falta de investimento nos setores classificados como modernos, como é o caso da indústria, representaria um "atraso" aos países subdesenvolvidos, sendo necessária a abertura para investimentos estrangeiros, como iniciativa de melhoria da economia local. Entretanto, o autor especifica que

"Essa invasão do capital estrangeiro destinado a substituir uma poupança interna, que estaria faltando, torna o argumento falso. De um lado, trata-se antes de um aumento da escala e da indivisibilidade dos investimentos. Uma grande parte dos capitais locais torna-se ociosa em vez de tornar rentável, e isso favorece sua fuga para os países ricos onde se acumulam nos bancos antes de serem reexportados para os países de origem, nos quais, investidos nos ramos rentáveis, multiplicam-se para depois retornar aos países do centro."

(SANTOS, 2013, pág. 28)

Portanto, quando falamos de uma crise urbana, não podemos restringir esse problema a apenas uma cidade, mas a uma crise global. Dessa forma, para compreender a raiz desse problema, é preciso compreender o atual sistema mundial, no qual os países ricos influenciam nas mais variadas esferas da vida das populações dos países pobres.

Considerando esse complexo contexto mundial, as práticas de AUP configuram-se uma oportunidade de estímulo e de crescimento, por conta de alguns aspectos que favorecem "(...) e debe en parte a su adaptabilidad y movilidad en comparación con la agricultura rural"<sup>14</sup> (FAO, 1999). Com isso, observamos que a evolução das cidades ao longo do século XXI e as interferências externas vividas pela população das cidades expõem diversos problemas que

---

<sup>14</sup> O texto traduzido "(...) e deve-se em parte à sua adaptabilidade e mobilidade em comparação com a agricultura rural"

envolvem atores locais como: agricultores, consumidores, organizações comunitárias e o poder público, entretanto, as possibilidades de implementação da AUP podem tornar-se um recurso estratégico para suprir tais demandas cruéis presentes no cenário urbano.

Como abordado anteriormente, a aplicação do conceito de AUP é recente e tem demonstrado grande fluidez no meio acadêmico, por conta da dinamicidade e das complexas redes e experiências vividas ao longo das décadas. Com as mudanças progressivas, na conceitualização da AUP, ocorridas a partir do século XXI, surgem novas formas de compreender o fenômeno sem utilizar, exclusivamente como base, a localização geográfica. Diante disso, por ser um conceito relativamente recente, é preciso ser aprimorado. Por muitos anos, a definição do conceito de AUP ficou pautada, principalmente, em aspectos locacionais.

Nesse sentido, o presente trabalho buscará se embasar a partir do conceito apresentado por Mougeot (2000), o qual aponta a necessidade de considerar a coerência interna e a funcionalidade externa como instrumentos capazes de possibilitar a compreensão do conceito de maneira mais refinada. Dessa forma, para o autor, a coerência interna está ligada a elaboração do conceito de AUP que seja compatível com o mundo real, ou seja, sua construção conceitual deve estar relacionada com a realidade e as experiências vividas pelos agentes que a praticam e estão interligados a esse processo. Já a funcionalidade externa aponta a importância de reconhecer com clareza o vínculo entre o conceito de AUP com outros conceitos que são imprescindíveis e que complementam o debate sobre a temática<sup>15</sup>.

Para Mougeot (2000), a agricultura urbana se estrutura por intermédio de determinantes que são imprescindíveis quando estamos discutindo sobre tal temática, são eles: atividades econômicas, localização, áreas, escala, produtos e destinação.

---

<sup>15</sup> Mougeot (2000) cita alguns conceitos que acabam sendo inseridos de certa forma do debate sobre AUP “Por exemplo, com a agricultura rural, com o desenvolvimento urbano sustentável ou com os sistemas urbanos de abastecimento de alimentos” (pág.9)

### Fluxograma 1 - Determinantes da Agricultura Urbana



Fonte: Mougeot (2000)

Como podemos observar no fluxograma 1, praticamente todos os determinantes presentes na estrutura da agricultura urbana, se compararmos, estão presentes também na agricultura rural, exceto quando consideramos a localização onde cada atividade é aplicada. Sobre esse assunto, Mougeot (2000) esclarece que a importância de entender os contrastes entre agricultura urbana e rural, como também as relações entre essas duas práticas. Quando pensamos na distinção entre esses dois tipos de agricultura, a primeira diferenciação que nos aparece está na localização geográfica. Entretanto, o autor cita que “(...) *esse elemento tem sido causa de um importante conflito conceitual*” (MOUGEOT, 2000, pág.9), devido à grande diversidade de critérios<sup>16</sup> utilizados para delimitar as áreas urbanas, periurbanas e rurais, muitas vezes essas delimitações são confusas e geram imprecisões. Apesar da localização ser superestimada por muitos autores quando o debate é AUP, Mouget (2000), assevera o que considera como imprescindível ao se discutir a distinção entre agricultura rural e urbana.

<sup>16</sup> Esses critérios podem ser diversos, como: a posição geográfica, a densidade populacional, as atividades produtivas entre outros.

A característica principal da agricultura urbana, que a distingue decisivamente da agricultura rural, é sua integração no sistema econômico e ecológico urbano (que será chamado, a seguir, de “ecossistema” urbano). Não é a localização, urbana, que distingue a AU da agricultura rural, e sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano. (MOUGET, 2000, p. 11)

Sob esta perspectiva, o fenômeno recente da AUP tem como característica marcante seu diálogo com os diversos ecossistemas urbanos. Esse termo é pouco visto nas conceitualizações da AUP. Apesar das constantes transformações vivenciadas nas formas de produção agrícola nas últimas décadas, “*a necessidade da AU de interagir adequadamente com o resto da cidade, por um lado, e com a produção rural e as importações, por outro, continua sendo tão decisiva hoje como era há milhares de anos*” (MOUGET, 2000, pág. 11). Com isso, percebemos a importância da integração entre os diversos agentes que contemplam as estruturas urbanas. Portanto, de acordo com o autor, a agricultura urbana está integrada diretamente com os manejos de solos urbanos; agricultura rural; sistemas urbanos de abastecimento de alimentos; desenvolvimento urbano sustentável; segurança alimentar urbana e estratégia de sobrevivência urbana, como apresentado no fluxograma 2.

**Fluxograma 2 - Agricultura Urbana e sua integração no ecossistema urbano**



Fonte: Mougeot (2000)

Diante da complexidade que envolve o processo de construção do conceito de AUP, é imprescindível obter maior compreensão do fenômeno e de suas dinâmicas que hoje redefinem o uso dos espaços urbanos e as formas de reprodução da agricultura nas cidades. Dessa forma, o presente trabalho utilizará o termo Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), na medida em que os vínculos entre ações intraurbanas e periurbanas estão diretamente relacionados.

### **3.3 - Políticas Públicas em apoio a AUP no território brasileiro**

Como pudemos observar anteriormente, a AUP se constitui como um conceito relativamente recente, apesar de sua prática antiga, pode-se dizer que se caracteriza como uma atividade que passa a ser reconhecida e apoiada por políticas oficiais, sobretudo, em países mais pobres. Nesta etapa da pesquisa, desenvolvemos uma análise das políticas públicas voltadas para a promoção da agricultura urbana no Brasil e compreendemos sua importância como estratégia usada para suprir necessidades em aspectos sociais, ambientais, alimentares e econômicos.

Os países classificados como subdesenvolvidos ou em desenvolvimento têm apresentado os maiores números de ações voltadas para a implementação da AUP, com propósito, prioritariamente, de suprir as demandas geradas pelas carências alimentares da população (ZAAAR, 2011). Com a expansão dessas experiências, esses países têm apresentado crescentes debates estabelecidos por conta de movimentos sociais, organizações comunitárias, universidades entre outras instituições públicas e privadas acerca da necessidade da criação de uma regulação específica para AUP. O Brasil é um exemplo de um dos países com baixa quantidade de marcos legais voltados para a AUP, o que dificulta em vários aspectos a promoção de tal prática.

No Brasil, a implementação e o fomento das políticas voltadas para a AUP estiveram ausentes por anos na pauta de interesses do governo. As iniciativas de promoção da AUP e a alimentação de qualidade conformaram-se, principalmente, no início do século XXI. Entretanto, o surgimento de movimentos sociais que exigiam respostas e melhorias na área e ações sobre tal temática estavam aumentando expressivamente, consequentemente, pressionando o governo para fornecer respostas e melhorias. Dessa forma, em 1991, a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é criada, mas apenas é aceita em 1993, no governo de Itamar Franco, que, posteriormente, instaura o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), dando início à inserção das discussões no âmbito institucional, com objetivo de elaborar uma política específica sobre a fome e a questão alimentar em território nacional. Contudo, no ano de 1995, o CONSEA foi extinto durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, formando uma lacuna e interrompendo os projetos iniciados anteriormente (LANÇA, 2013).

Somente em 2003, podem-se retomar ações do CONSEA, com o início do mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que havia estabelecido como uma das suas principais propostas de governo o combate à fome. Nesse sentido, identifica-se a necessidade de criação de uma criação de uma política nacional voltada para a agricultura urbana (LANÇA, 2013; MATTOS, MENDONÇA, MASELLI, DEPRÁ, 2015).

Já em 2004, ocorre a criação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), ligado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Neste ano, o MDS criou o Programa de Agricultura Urbana. Anteriormente, não havia uma legislação em escala nacional específica para a AUP, sendo associada apenas às políticas de segurança alimentar

e nutricional. A partir desse momento, iniciaram-se os debates sobre a necessidade de construção de uma política em escala nacional.

Diante desse novo contexto, é elaborado um dos principais documentos utilizados como referência nos estudos sobre AUP no território nacional que é o “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção”, publicado no ano de 2007, elaborado mediante à parceria de diversas instituições, as quais destacamos: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), Centro de Recursos para América Latina e Caribe em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (IPES) e a FAO. Esse documento tem o propósito de compreender a estruturação da AUP no Brasil e dar suporte para a elaboração de uma política pública. Esse documento é fundamental, pois representa o estado da arte<sup>17</sup> sobre a AUP no território nacional. Além de representar “um espaço de diálogo entre as organizações da sociedade civil, agora no âmbito da construção de uma política nacional para agricultura urbana e periurbana” (MATTOS et al, 2015, pág.10).

O estudo buscou analisar as iniciativas de AUP em 11 regiões metropolitanas<sup>18</sup> brasileiras, estruturadas em 3 grandes regiões. (I) A região Sul e Sudeste, com Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP); (II) Região Centro-Oeste, com Brasília (DF) e Goiânia (GO) e por último a (III) região Norte e Nordeste, com Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA).

Segundo o documento, as atividades diretamente ligadas a AUP estão comumente relacionadas à agricultura, à pecuária, à transformação dos produtos (artesanal, agroindústria, de

---

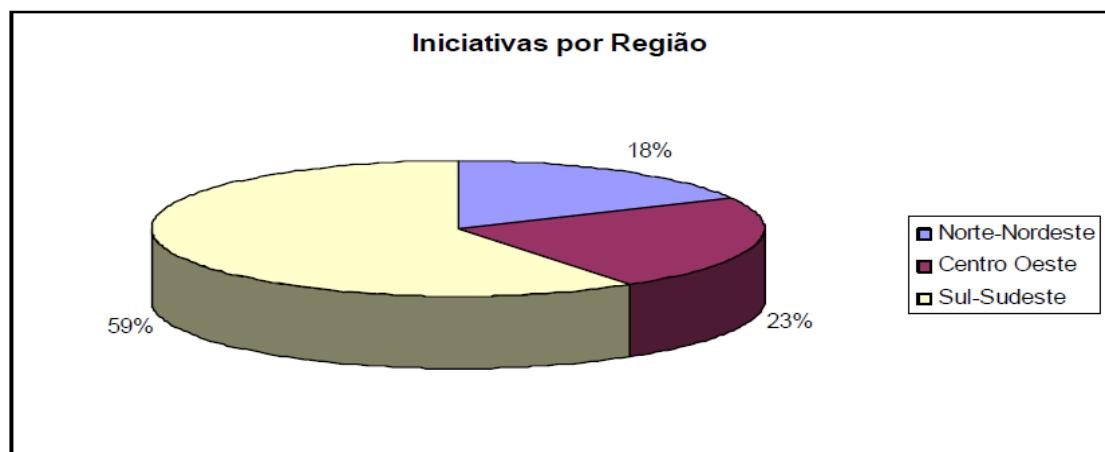
<sup>17</sup> Nesse sentido Ferreira (2002) define estado da arte como: “Nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (Ferreira, 2002, pág. 258)

<sup>18</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica as regiões metropolitanas como “as Regiões Metropolitanas são constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes e são instituídas por lei complementar estadual, ou seja, só podem ser compostas por Municípios do próprio Estado”(IBGE, 2021)

maneira comunitária etc), à comercialização, ao autoconsumo, a trocas, a doações e à prestação de serviço (pesquisa, capacitação, assessoria entre outros). Com a pesquisa, foi possível observar a presença de 635 iniciativas voltadas à AUP distribuídas nestas 3 grandes regiões. Sendo a produção vegetal a atividade mais recorrente, com 537 atividades de produção, coleta ou extrativismo vegetal. A frequência da produção vegetal está relacionada às suas diversas funcionalidades, visto que sua utilização pode ser para o autoconsumo, doações ou trocas entre agricultores e para a comercialização. Portanto, a flexibilidade tanto de servir para a alimentação da família do produtor, como também a geração de renda a partir da venda, torna a produção vegetal estratégica e muito utilizada.

A partir dos dados disponibilizados, pode-se notar que grande parte das iniciativas se concentra na região Sul-Sudeste, com 59%, já as regiões Norte-Nordeste e Centro-Oeste apresentam, respectivamente, 18% e 23% (Ver gráfico). Com a análise dos dados, foi possível perceber a marcante atuação da AUP “mostrando que a AUP é uma realidade no Brasil” (SANTANDREU; LOVOL, 2007, pág.14). A construção desse documento foi fundamental para o planejamento e organização de políticas públicas no Brasil.

**Gráfico 1 - Porcentagem total das iniciativas por região estudada**



Fonte: Santandreu e Lovol (2007)

Durante esse período, diversos seminários, encontros, eventos e conferências voltados a divulgação e troca de experiências foram promovidos. Esses eventos são fundamentais por proporcionarem espaços de diálogo entre os mais diversos setores no qual a AUP está envolvida e, assim, podemos citar desde o meio acadêmico, a sociedade civil, organizações comunitárias, setor privado, como também, prefeituras e o Estado (MATTOS et al, 2015). Entre os diversos eventos, as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANS) representavam um dos espaços, onde as demandas dos variados setores eram consideradas na construção de uma política nacional de agricultura urbana. Sendo que em 2011, durante a IV CONSAN, foi cobrada, novamente, a construção de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

Com objetivo de levar adiante a construção desta política, em 2014, a CONSEA elaborou um grupo de trabalho em agricultura urbana, com a finalidade de buscar avanços na formação das políticas nacionais. Com isso, foi formado outro documento com o título “Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP)”, tornando-se mais um documento de referência para a construção da política.

Os debates sobre AUP não estavam centrados apenas na construção de uma política nacional específica, sua atuação abrange diversos setores, tais como são apresentados pelos autores

Além da discussão da constituição de uma política nacional de agricultura urbana, a questão de políticas públicas para o setor é tratada também no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica (PNAPO). O primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (I PLANAPO) faz referência à agricultura urbana, mas não explicita ações e responsabilidades no governo. (MATTOS et al, 2015, pág. 11)

Portanto, percebemos que a construção de uma política nacional de agricultura urbana vem sendo exigida por diversos setores da sociedade. Entretanto, identificamos a dificuldade e desinteresse do governo em relação à formação dessa normatização. Apesar da importância da presença de marcos legais voltados para AUP, é imprescindível entender que a “agricultura urbana e periurbana no Brasil como um clássico movimento autônomo e espontâneo, diverso, múltiplo, horizontal, agroecológico e de resistência” (ROSA, 2001, pág.15). Sendo a normatização dessas ações, uma forma de potencializar essas práticas já existentes.

Dessa forma, buscamos destacar, neste capítulo, que os investimentos na agricultura nas áreas urbanas e periurbanas não só têm apresentando demasiada carência, como também a necessidade da criação de políticas públicas tanto em escala municipal, estadual e federal de maneira que possa suprir as demandas dos agricultores que atuam nestas áreas. Dessa forma, com o auxílio da experiência da Cooperativa Univerde, localizada em área periurbana de Nova Iguaçu, buscamos compreender as estratégias utilizadas pelas agricultoras para geração de renda e reprodução social, política e ambiental de suas práticas. Com isso, buscamos entender como estas se articulam para resistirem como agricultoras urbanas em um bairro periférico de Nova Iguaçu.

#### **4 CAPÍTULO III - CIRCUITO DE PRODUÇÃO ORGÂNICA E SUA REGULAÇÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU: O ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA UNIVERDE**

*As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem manchetes de jornais.”*

(*Scott, 2002:13*)

Como trabalhamos nos capítulos anteriores, a história da agricultura na Baixada Fluminense tem apresentado diversos obstáculos à atividade, influenciando diretamente na permanência dos trabalhadores rurais na região. Desde o período anterior ao golpe militar, os lavradores fluminenses viviam diante de um contexto social formado pelas mais variadas formas de violências, que em seguida foram ampliadas após os governos ditatoriais iniciados em 1964. Todo esse período de repressão que se deu a partir dos governos militares atrasou as conquistas de terras na região e o fortalecimento dos processos de urbanização influenciaram diretamente na permanência dos agricultores, como também impulsionaram diversas transformações socioespaciais.

Nesse processo de formação histórica da região da Baixada Fluminense, localizada em um dos estados mais urbanizados do território brasileiro, também conseguimos identificar a ausência de uma regulamentação específica voltada para a produção agrícola nas áreas urbanas e periurbanas, tanto em escalas municipais, como também estadual. Destacamos, novamente, o caso do município de Nova Iguaçu, que desconsiderou a existência das áreas rurais de seu território, classificando-as como áreas urbanizadas, porém, “áreas de baixa densidade”. Apenas em 2008, as áreas rurais foram consideradas no Plano Diretor do município. Todavia, a inclusão dessas áreas não exigia obrigatoriedade da prefeitura de Nova Iguaçu em fornecer qualquer tipo de investimento para o setor. Esse desinteresse nas atividades rurais repete-se de forma frequente nos demais municípios da Baixada Fluminense (STRAUCH, MENDONÇA, ROSA, 2012).

Diante desse contexto de pouca atenção do poder público em Nova Iguaçu, os produtores locais utilizam estratégias diversas para se manterem em atividade, que estamos aqui entendendo como resistências (SCOTT, 2002). São ações diversas e que envolvem também aspectos de produção e comercialização, como ações que facilitem a inserção em novos circuitos, mais

especificamente, àqueles voltados para agriculturas alternativas<sup>19</sup> e que proporcionem a inserção em contextos de economia mais justa e que fortaleça os laços de solidariedade entre os agricultores locais.

Pensando nestas ações com resistências, o presente capítulo tem por finalidade abordar, especificamente, as estratégias desenvolvidas pela cooperativa Univerde, incluindo a produção orgânica e questões normativas que envolvem esse processo no território brasileiro, que abordamos já no início do capítulo. De acordo com a lei 10.831 do ano de 2003, os mecanismos de comercialização de produtos orgânicos são divididos em três, são eles: (I) a certificação por auditoria, (II) a certificação participativa e a (III) organização de controle social (OCS). Como debateremos a seguir, a esfera normativa tem apresentado um padrão recorrente de obstáculos para agricultura no estado do Rio de Janeiro e a regulação orgânica não foge desse padrão. Sendo assim, apresentaremos as especificidades de cada mecanismo de forma que possamos identificar as vantagens e empecilhos presentes para a inserção nesse nicho de mercado, além de identificar as estratégias usadas pela Cooperativa Univerde.

Em seguida, apresentaremos, mais especificamente, a experiência da Cooperativa Univerde. Entenderemos o contexto no qual a cooperativa foi criada, as influências do Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos (PAF-Dutos) e seus interesses nos investimentos da agricultura nas áreas dutoviárias em Nova Iguaçu. Por fim, abordaremos a respeito dos circuitos de comercialização estabelecidos pelas cooperadas da Univerde, após o fim do financiamento pela Petrobrás, por meio da Feira da Roça no município de Nova Iguaçu e, assim, entender os modos utilizados para a revalorização da produção, além de identificar como essa iniciativa demonstra a resistência da agricultura em Nova Iguaçu.

---

<sup>19</sup> Podemos citar como agriculturas alternativas: produtos orgânicos, permacultura, agroecologia, sistemas agroflorestais, agricultura biodinâmica entre outros.

#### **4.1 Aspectos gerais da regularização da produção orgânica no território nacional**

No que se refere à produção orgânica no território brasileiro, observamos um crescimento que vem acompanhado pelas mudanças nos hábitos de consumo alimentares, tanto em escala nacional como também internacional, principalmente, em busca de uma alimentação sem uso de agrotóxicos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Com isso, a conscientização e a busca por alimentos ditos “limpos” fez com que surgisse um novo nicho de mercado. Para acessar esse mercado, é fundamental destacarmos alguns aspectos normativos referentes à certificação orgânica.

Para Penteado (2010), a ascensão da certificação orgânica é utilizada como uma ferramenta estratégica capaz diferenciar os produtores e suas mercadorias de maneira que possam se adaptar às novas exigências do mercado além de ter um produto mais rentável economicamente. Dessa maneira o autor especifica que

“Podemos dizer então, que a certificação é uma prática que surgiu da necessidade de se identificar a origem e o processamento de um alimento, permitindo ao agricultor um produto diferenciado e mais valorizado, estabelecendo uma relação de confiança com o consumidor. Ela garante ao consumidor a sua procedência isenta de contaminação química, respeitando o meio ambiente e o trabalhador [...] Trata-se de um instrumento de pressão econômica, englobando exigências do mercado consumidor, criando produtos diferenciados, tanto em termos de aceitação, quanto preços, além de diferenciar produtos e produtores.”  
(PENTEADO, 2010.pág.8)

Como a produção orgânica exige maiores padrões de controle dos processos produtivos e técnicas de manejo, foram estabelecidas diretrizes na Lei 10.831 do ano de 2003 voltada à cultura e à comercialização dos produtos orgânicos brasileiros. Nessa legislação, definiram-se os critérios técnicos necessários para o cultivo orgânico, as instituições responsáveis pelas certificações e fiscalização da produção.

No que se refere à legislação brasileira com relação a comercialização de produtos orgânicos, temos a forma de certificação feita por meio de um Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) que esteja credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A certificação orgânica pode ser obtida mediante a duas formas, são elas: (i) a certificação por auditoria pela qual é contratada uma empresa certificadora para avaliar a conformidade e fornecer o selo orgânico e a (ii) certificação participativa ligada ao sistema participativo de garantia (SPG) ocorre por conta de um processo de certificação coletiva a partir de núcleos de produtores que o próprio grupo fiscaliza e garante a conformidade dos regulamentos específicos da produção orgânica (MAPA, 2021). Abordaremos, detalhadamente, ambos os modelos de certificação ao longo deste capítulo em que poderemos identificar as especificidades, apesar de estarem relacionados à produção orgânica e às especificidades presentes em cada modelo de certificação.

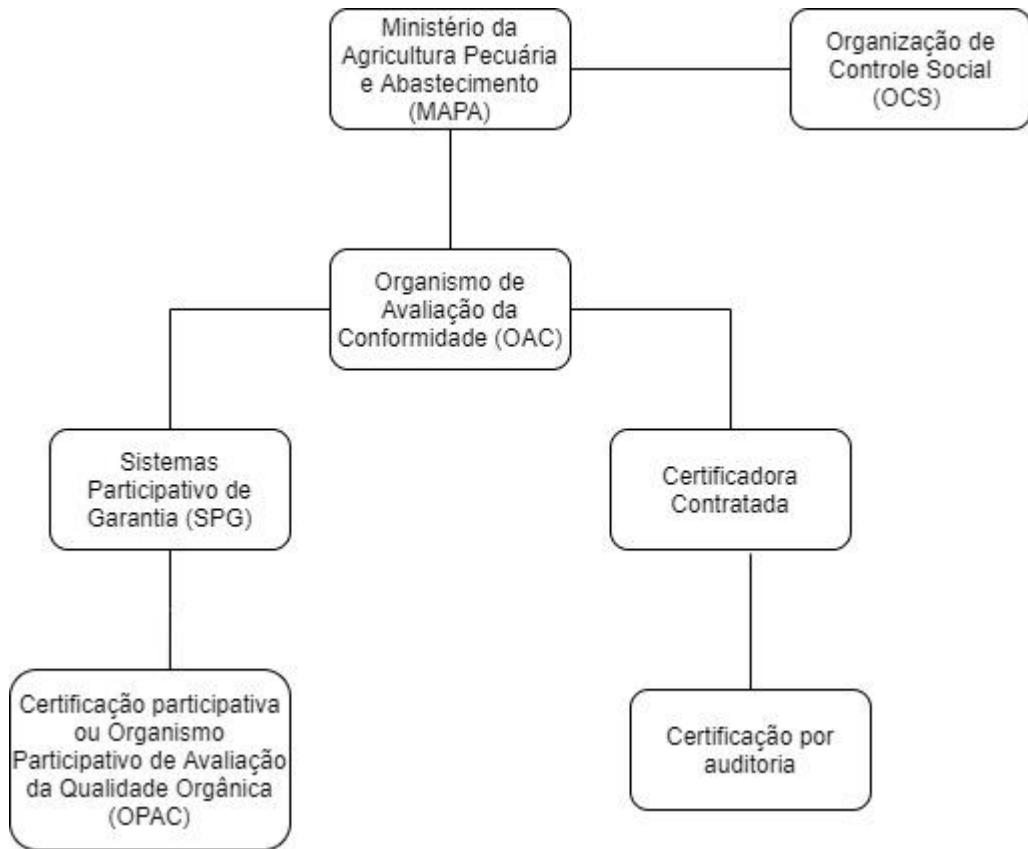
Outra forma de comercializar é a partir da venda direta, porém, os produtores precisam estar vinculados a uma Organização de Controle Social (OCS) (Ver fluxograma 1). Esse modelo de comercialização ocorre sem a certificação, os produtos apenas são comercializados a partir da venda direta ao consumidor por meio de feiras e para compras dos governos<sup>20</sup> (Ibidem).

Diante da complexidade e dinamicidade que envolve todo o processo de comercialização e certificação orgânica brasileira faremos uma breve discussão sobre essas três formas de comercialização dos produtos orgânicos, de maneira que possamos entender as vantagens e as implicações que esses instrumentos são capazes de gerar e o impacto gerado para os produtores.

---

<sup>20</sup> Podemos citar a venda para a merenda escolar em parceria com os municípios.

**Fluxograma 3 - Mecanismo para comercialização orgânica brasileira**



Fonte: MAPA (2021),org. Xavier, L.B.

#### **4.1.1 Certificação por auditoria**

No que se refere à certificação por auditoria, esta deve ser obtida por um organismo de avaliação da conformidade (OAC) e envolve a concessão do selo orgânico por meio de entidades certificadoras que estão credenciadas ao MAPA. Nesse modelo, uma entidade certificadora é contratada com o auxílio de produtores para avaliar se suas propriedades estão em conformidade, mediante auditorias que ocorrem, periodicamente, de maneira em que possam ver se estão utilizando os padrões técnicos segundo o que a legislação estabelece para a produção orgânica.

As entidades certificadoras podem atuar por intermédio da constituição de uma empresa com ou sem fins lucrativos, podendo ser nacional ou internacional. Essas entidades devem ser

credenciadas ao MAPA. No Brasil, em 2021, existem 12 entidades certificadoras que atuam no território nacional (Ver Quadro 3).

<b>Quadro 3 - Certificadoras Regulamentadas pelo MAPA</b>
Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)
Ecocert Brasil Certificadora Ltda
IBD Certificações Ltda
IMO Control do Brasil Ltda
Agricontrol OIA Ltda.
Instituto Nacional de Tecnologia
Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade
Instituto Mineiro de Agropecuária
KIWA BCS ÖKO-GARANTIE DO BRASIL LTDA
Savassi Certificação de Serviços Administrativos Ltda
GENESIS CERTIFICAÇÕES
WQS DO BRASIL LTDA

A partir da aprovação da produção como orgânica, os agricultores podem comercializar seus produtos utilizando não só os selos de produção orgânica pelo sistema de certificação por auditoria (Ver figura abaixo), mas também vender seu produto em supermercados, lojas, restaurantes, hotéis, entre outros.

**Figura 2 - Selo de produto orgânico pelo sistema de certificação por auditoria**



Fonte: MAPA, 2021

Apesar das diversas vantagens presentes na comercialização da produção orgânica em aspectos sociais, ambientais e econômicos, a certificação por auditoria apresenta alguns obstáculos que influenciam, diretamente, na adesão dos produtores a esse mecanismo de comercialização e para obter o selo orgânico. Nesse sentido, Penteado (2010) especifica alguns fatores, tais como: os altos custos presentes nesse modelo de certificação<sup>21</sup>, as diversas adaptações a serem efetuadas que estejam de acordo com a lei da produção orgânica (uso de insumos específicos, adaptação de instalações, formas de manejos entre outros), adequação às exigências impostas por padrões de segurança alimentar internacionais<sup>22</sup>. Com isso, a maior parte dos produtores que aderem a esse modelo de certificação são médios ou grandes proprietários que apresentam condições para suprir os grandes custos pagos às certificadoras anualmente para obter o selo orgânico.

Devido ao próprio sistema de organização do modelo de certificação por auditoria, identificamos uma intensa subordinação dos produtores às certificadoras, que se tornam vulneráveis a decisões externas e sem nenhum tipo de assistência técnica ou compromisso com os produtores locais, além de formar um novo mercado em que a participação das empresas se torna central para possibilitar a comercialização dos produtos orgânicos. Dessa maneira, os agricultores tornam-se dependentes de tais empresas.

---

<sup>21</sup> O valor para contratação da certificadora pode variar de R\$ 1.000 a R\$ 10.000, dependendo do tamanho da propriedade e do tempo de serviço das etapas da certificação.

<sup>22</sup> Podemos citar diversos países que acabam influenciando no mercado orgânico brasileiro, como: USDA Organic (United States Department of Agriculture), o JAS Organic (Japanese Agricultural Standard) do Departamento de Agricultura Japonesa e o selo da União Europeia.

#### **4.1.2 Certificação participativa**

Outro mecanismo utilizado para obter a certificação é com o auxílio da formação com um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC). Esse modelo de certificação não apresenta necessidade de contratação de uma empresa certificadora. Na certificação participativa, o OPAC corresponde às certificadoras no sistema de auditoria que são credenciadas ao MAPA<sup>23</sup>. Diferentemente da certificação por auditoria, o modelo de certificação participativa apresenta características organizacionais que oferecem maior autonomia aos produtores.

Nos OPACs, a partir da participação dos produtores a um grupo ou núcleo, ocorrem reuniões periódicas, nas quais os próprios participantes do núcleo são responsáveis pela fiscalização, avaliação e atestação da qualidade orgânica das propriedades dos membros. Dessa forma, o OPAC corresponde a uma pessoa jurídica e assume as responsabilidades pela avaliação da produção e fiscaliza se os regulamentos e normas de produção orgânicas estão sendo seguidos. A partir do momento em que o produtor está credenciado com a uma OPAC, ele pode utilizar o selo de conformidade orgânica em seus produtos (Ver figura abaixo), gerando, consequentemente, maior credibilidade e reconhecimento de seus produtos em comparação com a produção convencional.

---

<sup>23</sup> “O credenciamento dos OPACs no MAPA é mais simples do que parece. A instituição deve protocolar a solicitação junto ao Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDAG da Superintendência Federal de Agricultura na unidade da federação onde estiver situada a sua sede. É o SEPDAG que faz a verificação completa da documentação e envia processo para a Coordenação de Agroecologia – COAGRE do Mapa. (...) Para decidir sobre a solicitação de credenciamento, a COAGRE deve consultar as Comissões da Produção Orgânica – CPOrgs dos locais onde os OPACs já atuam. Assim, eles podem conseguir informações a respeito dos OPACs e realizar auditorias para verificar o atendimento dos regulamentos.” (MAPA, 2008. p. 21)

**Figura 3 - Selo de produto orgânico pelo sistema de certificação participativa**



**Fonte: MAPA, 2021**

Dessa forma, podemos observar que o sistema de certificação participativa atua de forma mais horizontal, os próprios produtores conseguem estabelecer uma rede de solidariedade de maneira que todo o processo de controle da produção é feito pelos próprios membros. Com isso, esse modelo de certificação apresenta custos mais baixos, o acesso a esse nicho de mercado torna-se mais fácil por não necessitar do contato de certificadoras.

Atualmente, o território brasileiro apresenta 28 OPACs registradas oficialmente que atuam na certificação dos produtos orgânicos (ver o quadro 4). Como podemos observar, as OPACs concentram suas atuações, principalmente, em regiões específicas, logo podemos observar que suas criações buscam suprir demandas presentes em regiões específicas. Portanto, os OPACs apresentam maior compromisso com os produtores locais e vínculos com regiões em que se encontram localizadas.

<b>Quadro 4 - Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica</b>
<b>Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC)</b>
<b>Associação Ecovida de Certificação Participativa</b>
<b>Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)</b>
<b>Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD)</b>
<b>OPAC – Cerrado / Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF SINDIORGÂNICOS/DF</b>
<b>Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS)</b>
<b>Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI)</b>
<b>Associação de Certificação Participativa Agroecológica (ACEPA)</b>
<b>Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns/Crateús (ACEPI)</b>
<b>Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe (ECOARARIPE)</b>
<b>Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas – (Orgânicos Sul de Minas)</b>
<b>Associação OPAC Litoral Norte</b>
<b>Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA)</b>
<b>Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC)</b>
<b>Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Ltda. (COCEARGS)</b>
<b>Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX)</b>
<b>Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa</b>
<b>Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (Rama)</b>
<b>Associação Povos da Mata de Certificação Participativa – Rede Povos da Mata</b>

<b>Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul (ABD-Sul)</b>
<b>Rede Borborema de Agroecologia</b>
<b>Orgânicos Jequitinhonha - Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina</b>
<b>ASSOCIAÇÃO MANIVA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA – OPAC MANIVA</b>
<b>ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA – OPAC AGE</b>
<b>ROTA CAMINHO DOS CANYONS</b>
<b>ASSOCIAÇÃO PLANTAR PARA A VIDA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA</b>
<b>ASSOCIAÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA XIQUE-XIQUE</b>
<b>Associação de certificação participativa dos produtores agroecológicos do Cariri Paraibano - ACEPAC</b>

Fonte: MAPA, 2021. Org. Xavier, L.

Diante do que foi exposto, podemos observar a estrutura de ambos modelos de certificação orgânica e suas particularidades, sendo o sistema de auditoria uma forma de regulação vertical que subordina o produtor a taxas cobradas periodicamente pelas certificadoras, de forma que não fornecem nenhum tipo de suporte técnico, ou seja, não consideram possíveis dificuldades dos produtores em adequar-se às exigências da produção orgânica.

Em contrapartida, no caso da certificação participativa, podemos observar um modo de certificação no qual o produtor apresenta um papel mais ativo ao longo do processo de credenciamento, fortalecendo os laços de solidariedade entre os produtores e facilitando o acesso dos produtores a esse nicho de mercado com diversas exigências, embora as grandes exigências burocráticas acabem dificultando o acesso dos produtores a esse modelo de certificação.

#### **4.1.3 Organização de Controle Social (OCS)**

O último mecanismo de comercialização orgânica que abordaremos será referente às Organizações de Controle Social (OCS). Este modelo difere em diversos aspectos dos citados anteriormente, além de ser um sistema de adesão mais simples, já que também reconhece a conformidade orgânica. Essa conformidade pode ser reconhecida por meio de uma declaração que o produtor recebe ao se vincular a uma OCS, que também pode ser consultada por meio de registro no site do MAPA<sup>24</sup>. Esse registro pode ser fornecido por meio do órgão fiscalizador<sup>25</sup> que será o responsável pelas visitas e assim garantir que as práticas estão de acordo com o que exige a lei orgânica, emitir a declaração e manter os dados dos produtores atualizados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos no site do MAPA.

No que se refere à comercialização, o modelo tem como base a venda direta ao consumidor, sendo proibida a venda para intermediários<sup>26</sup>, geralmente ocorre por meio de feiras, entrega de cestas ou com a ajuda de compras públicas (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE ou Programa de Aquisição de Alimentos - PAA).

O único mecanismo de comercialização sem o uso do selo orgânico nas mercadorias é por meio da OCS cadastrada legalmente pelo MAPA. Em relação ao aspecto econômico, os produtos com a garantia orgânica apresentam um valor maior, podendo ser comercializado com valor até 30% a mais que os produtos convencionais. Dessa forma, em aspecto econômico, a rentabilidade se mantém na venda dos produtos (MAPA, 2020).

O ingresso na OCS ocorre de maneira mais simplificada, podendo ser formada por agricultores familiares formais ou informais, grupos, associações, cooperativas entre outros, além de não exigir a contratação de nenhuma empresa certificadora. Essa facilidade demonstra como a OCS acaba tornando-se o “primeiro passo” para diversos pequenos produtores ingressarem nesse nicho de mercado devido ao baixo custo e facilidade normativa de inserção. Diante dos benefícios

---

<sup>24</sup> Nesse site é possível acompanhar o Cadastro Nacional dos Produtores e identificar os produtos comercializados na conformidade orgânica. Para consultar o cadastro acesse: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/orgânicos/cadastro-nacionalprodutores-orgânicos>

<sup>25</sup> Com relação a fiscalização o MAPA especifica, “Os órgãos fiscalizadores responsáveis pelo cadastramento e acompanhamento das OCS são as Superintendências Federais de Agricultura/Mapa nos Estados ou, mediante convênio, outros órgãos das esferas federal, estadual ou distrital” (MAPA, 2020, pág. 19)

<sup>26</sup> Não é permitido a venda para intermediários, como: supermercado, hortifrútis, empórios, restaurantes entre outros.

que envolvem o acesso a esse modelo de conformidade orgânica, muitos agricultores utilizam o como opção a cooperativa Univerde, base deste trabalho. Eles utilizam essa via de comercialização de produtos orgânicos e, com o auxílio do seu estudo de caso, buscaremos entender como tal mecanismo gera maior autonomia aos produtores.

#### **4.2 Experiência de produção orgânica no município de Nova Iguaçu: a Cooperativa Univerde**

Como foi apresentado ao longo deste trabalho, a produção orgânica tem formado um novo nicho de mercado que busca valorizar as formas de produção livres de agrotóxicos e que gerem maior autonomia ao produtor. Esse movimento tem apresentado destaque em diversos países. Entretanto, as estruturas normativas tornaram-se obstáculos para a inserção dos pequenos produtores a esse novo modelo de mercado, com exigências técnicas e legislativas que fogem aos conhecimentos desses agricultores.

Desta forma, esse nicho de mercado passa a exigir mais controle normativo desenvolvido a partir das certificações e o uso dos selos a fim de regular as práticas utilizadas, com o objetivo de “atender aos anseios e caprichos de consumidores” (CAPORAL e COSTABEBER 2015, pág 279), que não estão preocupados, necessariamente, com um compromisso ético com os agricultores e agricultoras ou com a natureza, mas na busca por um alimento com menor impacto à saúde. Acerca desse assunto, Daviron e Vagneron (2011, pág. 21) destacam que

“(...) a capacidade de relatar e documentar está se tornando o principal fator de desempenho (e uma das principais causas de exclusão dentro das cadeias de suprimentos), até o ponto de tornar as coisas auditáveis, (Rotinas e padrões de certificação) se tornar mais importante do que o conteúdo do próprio modelo de produção proposto.”  
“(DAVIRON E VAGNERON, 2011, pág.21)

Dessa forma, podemos observar que, no município de Nova Iguaçu, há uma inserção, apesar de lenta, de experiências envolvendo a produção orgânica reconhecidas legalmente pelo MAPA. No município, identificamos a presença da certificação orgânica participativa, com Associação de

Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)<sup>27</sup> e da OCS através da Cooperativa Univerde. Esta é composta por sete produtoras como é apresentado no quadro 5; aquela é formada por dois produtores cadastrados.

---

<sup>27</sup> Segundo o site da instituição “Em 1984, um pequeno grupo de agricultores reuniu-se na cidade de Nova Friburgo, na região Serrana do estado do Rio de Janeiro, para implantar uma das primeiras feiras de produtos orgânicos do Brasil, a Feirinha da Saúde. No ano seguinte, esse mesmo grupo fundou a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, com o objetivo de contribuir para a expansão do movimento orgânico, então incipiente no país.”

<b>Quadro 5 - Produtores orgânicos do município de Nova Iguaçu</b>				
<b>Tipo de entidade</b>	<b>Entidade</b>	<b>Município</b>	<b>Nome do produtor</b>	<b>Escopo</b>
OPAC	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	Genildo Xavier da Silva  Jorge Heleno Gomes	Produção Vegetal
OCS	Cooperativa de agricultura Familiar de Produtores Orgânicos - UNIVERDE	Nova Iguaçu	Alzeni da Silva Fausto  Joice Luciana da Silva Dias  Laudiceia da Silva  Maria Lucia dos Santos Nunes  Marli de Souza Pinheiro Lima  Rosineia Soares  Soelia Brito	Produção Vegetal

Fonte: MAPA, 2021

Dentre os produtores cadastrados, a maior parte está ligada à UNIVERDE. Essa estrutura organizacional gera maior autonomia aos produtores e apresenta facilidades para a inserção e comercialização dos produtos orgânicos. Dessa forma, pretende-se a seguir apresentar a experiência de produção representada pela UNIVERDE, baseada no sistema de OCS.

O nosso objetivo ao apresentar as experiências da UNIVERDE é demonstrar como esse modelo de comercialização torna-se uma alternativa mais acessível para a comercialização de produtos orgânicos em Nova Iguaçu, compreender como essas ações estimulam o desenvolvimento desse novo mercado, além de proporcionar a geração de uma maior autonomia ao produtor, de modo que atua como principal agente da produção e da comercialização de seus produtos.

#### **4.2.1 Cooperativa de agricultura Familiar de Produtores Orgânicos – Univerde**

A Cooperativa UNIVERDE, criada em 2008, surgiu após o fim do Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos (PAF-Dutos) feito em parceria com a Petrobras Transporte S.A (Transpetro), a organização não governamental – Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA) e a Entidade Ambientalista Onda Verde. O projeto iniciou suas atividades nos núcleos do Geneciano e Figueira no ano de 2005, no município de Nova Iguaçu, onde foram selecionadas 85 famílias da comunidade local para participar do projeto. Inicialmente, a partir do financiamento da Transpetro foi contratado uma equipe multidisciplinar<sup>28</sup>, além de insumos para iniciar a instalação de hortas comunitárias acima das faixas de dutos (SIQUEIRA, 2009, LANÇA, 2013).

O projeto foi estimulado pela Transpetro com objetivo de proporcionar maior segurança e manutenção nas áreas de dutos. Estes dutos comumente eram afetados por diversas ações, como é apresentado por Siqueira (2009)

“Normalmente as faixas de dutos eram vistas como um problema, por ser uma área inutilizada, ou utilizadas indevidamente para outros fins: construção de barracos, campos

---

<sup>28</sup> De acordo com Siqueira (2009) “Foi contratada uma equipe multidisciplinar composta por um engenheiro agrônomo para coordenar a gerência de produção, um agrônomo para coordenar a gerência de mercado, três técnicos agrícolas, uma socióloga, um comunicador social e uma mobilizadora social para ficarem exclusivamente à disposição do projeto” (pág.7)

de futebol e etc. (...) Desta relação estreita entre comunidade e empresa, foi gerado o Projeto Agricultura Familiar em Faixa de Dutos, como uma opção de geração de renda para as populações do entorno destas faixas e a manutenção da integridade dos dutos” (SIQUEIRA, 2009, pág. 19)

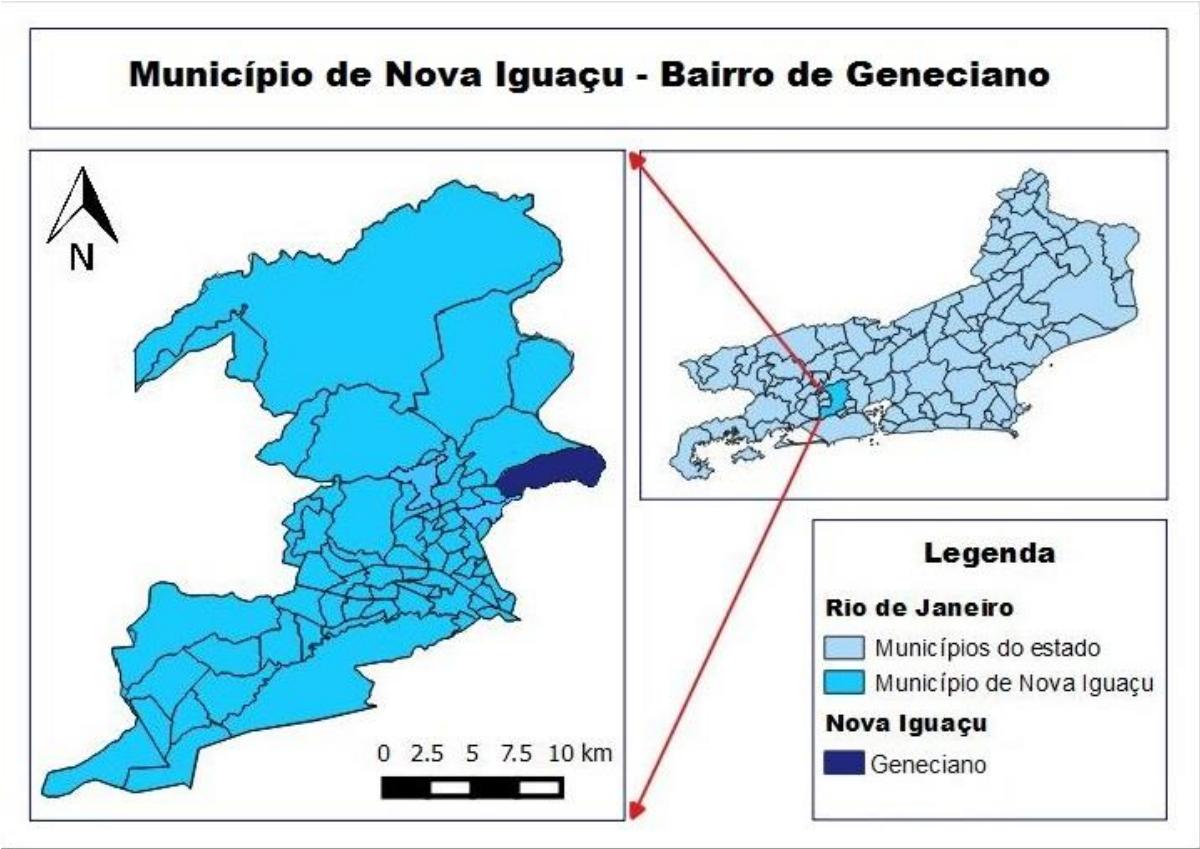
Portanto, fica claro que, para a Transpetro, a agricultura nas áreas de faixas de dutos apresentava-se como uma estratégia de conveniência para garantir a conservação e reduzir os riscos associados à instalação dos dutos petrolíferos. Dessa forma, o projeto colaborou para geração de maior aproximação e conscientização da população local com relação aos cuidados e segurança na ocupação dessas áreas e, assim, evitar problemas que pudessem dificultar a manutenção das malhas dutoviárias. Apesar dos diversos interesses da Transpetro com relação à segurança e reutilização dos solos nas áreas dos dutos, o PAF-Dutos teve o fim do seu financiamento no ano de 2008.

Como apresentado por Lança (2013), após o fim do financiamento, diversas famílias abandonaram a atividade nas hortas comunitárias devido ao grau de dificuldade e a busca ausência dos suportes técnicos e de insumos fornecidos pela Transpetro. Dessa maneira, apenas 16 famílias de Nova Iguaçu permaneceram com suas atividades, fundando a cooperativa Univerde, no bairro do Geneciano (Ver mapa abaixo). Nesse sentido, Alzeni<sup>29</sup>, atual presidente da cooperativa que estava desde a inauguração, destaca que “*Após o terceiro ano de terminar o projeto (...) formamos a Cooperativa Univerde que foi a gestão dos próprios agricultores*”.

---

<sup>29</sup> As informações citadas ao longo desse trabalho foram obtidas através da entrevista feita durante o trabalho de campo, no dia 22 de novembro de 2019. Não foi possível manter entrevistas mais recentes devido à pandemia de covid-19 e a falta de recursos tecnológico de comunicação e de acesso à internet das cooperadas.

**Mapa 5 - Localização do Município de Nova Iguaçu e do Bairro Geneciano**



Elaborada pela autora (2021)

Após o fim do PAF- Dutos a Cooperativa Univerde conseguiu a concessão de manter suas hortas nas faixas de dutos. Para iniciar suas atividades com esse novo contexto, foi necessária a reestruturação do grupo de maneira mais participativa e baseado no cooperativismo, em que os agricultores se tornavam exclusivamente responsáveis pelos processos produtivos, pelo enfrentamento dos problemas e em pensar em estratégias socioeconômicas que pudessem dar suporte aos associados (LANÇA, 2009).

Apesar das dificuldades vivenciadas durante o início da formação da Cooperativa Univerde, suas atividades se mantiveram ativas até hoje. Como podemos observar com o auxílio dos registros no quadro 5, a cooperativa é formada, predominantemente, por mulheres. Estas participam coletivamente dos processos de decisão, sendo a Alzeni a presidente da UNIVERDE. Toda a

produção de seus alimentos não apresenta uso de agrotóxicos, além de estarem cadastradas como uma OCS, sendo assim recebem frequentes visitas com o propósito de reconhecer os modos de produção e a adequação em aspectos normativos conforme o estabelecido pela legislação da produção orgânica.

Contudo, conforme foi informado pela presidente da Univerde, as cooperadas entendem a importância da produção orgânica. No entanto, especifica que a produção deve ir além de uma mera retirada de insumos químicos, sendo fundamental, sobretudo, considerar toda a cadeia produtiva e os agentes nela envolvidos, desde o manejo do solo, os produtores, os consumidores e pensar em estratégias para melhorar a qualidade de vida das cooperadas.

A produção da Cooperativa Univerde é bastante diversificada como presença de variedade vegetal, tais como: hortaliças, frutas, legumes e ervas medicinais<sup>30</sup>. Devido às características dos produtos e à escassez de recursos das cooperadas, a maior parte dos circuitos de comercialização ocorrem em escala local e regional. Nesse sentido, a comercialização desses produtos ocorre, principalmente, por meio de feiras<sup>31</sup>, sendo uma alternativa mais acessível para a comercialização orgânica, já que o mecanismo utilizado pela cooperativa é a OCS que apenas permite a venda direta, e reduz o número de intermediários o que colabora para o resgate do contato entre os agricultores e os consumidores. Podemos exemplificar com Feira da Roça que ocorre, semanalmente, no município de Nova Iguaçu (ver imagem 1).

---

<sup>30</sup> Podemos identificar produtos de variados gêneros agrícolas, como: Cana-de-açúcar; cacau (em amêndoas); mandioca, ora-pro-nóbis, bertalha; brócolis; chicória, couve mineira, agrião; espinafre; berinjela, chuchu, orégano; plantas condimentares, corantes ou medicinais; mamão; manga; inhame; cenoura; jaca; laranja entre outros.

<sup>31</sup> As feiras nas quais as cooperadas costumam participar ocorrem no município de Nova Iguaçu e de Queimados, como foi informado durante entrevista realizada por Alzeni da data de 29 de novembro de 2019.

**Imagen 1 – Feira da Roça do município de Nova Iguaçu**



Fonte: foto da autora

Diferentemente das feiras convencionais, abastecidas por meio da revenda de mercados atacadistas e sem compromisso com os consumidores ou produtores locais, a feira da roça apresenta uma identidade própria e busca fortalecer organizações coletivas desenvolvidas pelos produtores locais. Os autores apontam que

“As organizações de agricultores criadas ao redor dessas feiras têm expressado a necessidade de estabelecer uma identidade própria que as diferencie das feiras convencionais, ainda populares no Rio de Janeiro, mas que praticamente são dominadas pelos atravessadores, que compram os produtos em mercados atacadistas para revende-los

aos consumidores, sem nenhum compromisso de fortalecimento da produção agrícola local” (STRAUCH, MENDONÇA, ROSA, 2012, pág. 33).

Dessa forma, essa estratégia colabora para o fortalecimento da identidade das cooperadas, reforça o contato direto entre agricultor e os consumidores e estrutura novos circuitos locais de produtos orgânicos no município de Nova Iguaçu. Assim, podemos observar a importância das relações horizontais para a organização social autônoma das cooperadas como agente social. Nesse sentido, Santos (2005) especifica que

“(...) uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e consumo. Um exemplo é a maneira como os produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido” (SANTOS, 2005, p.144).

Portanto, as ações da Cooperativa Univerde ultrapassam os aspectos puramente econômicos, buscando alcançar também maior independência das produtoras locais e na construção organizacional por meio da cooperativa de forma que não dependa de agentes externos que atuem de forma hierárquica.

Por fim, podemos observar que a articulação promovida pela Cooperativa Univerde representa uma prática de (re)existência ao intenso negacionismo e violências vivenciadas pelos produtores agrícolas no município de Nova Iguaçu ao longo de sua história. Além das dificuldades de inserção nas novas cadeias produtivas, como é o caso da produção orgânica, que, mediante uma lógica concentrada em aspectos técnicos, normativos e econômicos, negligencia as dificuldades presentes nos lugares.

## **5 Considerações finais**

Um dos principais objetivos deste trabalho foi entender as atividades relacionadas à agricultura urbana e periurbana de Nova Iguaçu na atualidade, sobretudo, a partir das experiências de uma cooperativa agroecológica do município, a Univerde. Esta situação é compreendida por nós como parte das problemáticas e estratégias das agricultoras e agricultores de Nova Iguaçu para resistirem atuando, mesmo em contexto de intensa urbanização. Como elementos deste objetivo principal, buscamos entender as principais questões históricas da agricultura na Baixada Fluminense, em especial no que se refere às mobilizações dos agricultores e processos ocorridos ao longo da urbanização da Baixada Fluminense e as consequências desse processo para as atividades agrícolas presentes na região.

A realidade presente nas áreas urbanas e periurbanas do município de Novo Iguaçu, refletem, especialmente, o processo histórico de negação das atividades rurais e da intensificação dos processos de urbanização do município. Esses processos se enquadram num contexto maior de constituição da Baixada Fluminense nas dinâmicas de periferia urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Eles não ocorreram sem a resistência dos produtores rurais na região, tanto a partir de ações organizadas, resistências aos despejos, quanto a partir de ações cotidianas de criação de estratégias para produção e adquirir autonomia e igualdade na comercialização de seus produtos.

Outra questão que destacamos é a ausência de políticas públicas voltadas, especificamente, para AUP. A falta de marcos legais torna-se uma barreira para os agricultores que atuam nessas áreas. No que se refere a Nova Iguaçu, o poder municipal negou durante anos a presença de áreas rurais, prejudicando demasiadamente o desenvolvimento da agricultura na cidade. Este fato exemplifica o descaso do poder municipal com essa demanda da sociedade.

Levando em consideração o que foi exposto acima, a partir das resistências da produção rural iguaçuana, surgem estratégias cotidianas, reorganizando formas de produção e comercialização. Uma destas estratégias tem sido o investimento em formas de produção alternativas. Entre as produções alternativas abordadas ao longo do trabalho, escolhemos apresentar a produção orgânica, como sendo uma das agriculturas alternativas recorrentemente utilizadas, especialmente, para acessar nichos mais específicos de mercado. Entretanto, para adquirir o direito a comercialização dos produtos orgânicos, identificamos, novamente, outros

obstáculos em aspectos legais que dificultam a inserção dos produtores a esse nicho de mercado. Ao avaliarmos os mecanismos de comercialização orgânica identificamos que o OCS apresenta fácil acesso aos pequenos produtores, sendo considerado como “o primeiro passo” para se inserirem nesse mercado.

A partir de uma análise mais detalhada da Cooperativa Univerde, observamos que essas estratégias de inserção de circuitos de comercialização orgânico permitem, por meio das feiras, diversos benefícios para as cooperadas, tais como: recuperar a relação direta entre os produtores e consumidores; gerar maior autonomia e protagonismo das cooperadas, agregar valor e identidade a sua produção.

Por fim, diante das contradições apresentadas através do processo de formação do município de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, pôde-se observar que a produção orgânica se apresenta como uma das possibilidades de resistência e de melhoria das condições de vida das produtoras locais, incluindo a agricultura urbana. Por outro lado, tal questão não se apresenta sem dificuldade e desafios presentes tanto na agricultura orgânica e como na AUP. Dessa forma, o fortalecimento das feiras de comercialização direta se apresenta também com um dos principais instrumentos de escoamento da produção e tem demonstrado uma ação importante para o avanço da agricultura orgânica.

Apesar dos diversos desafios presentes ao longo dos anos para a manutenção da agricultura em Nova Iguaçu, percebemos que as experiências de resistência dos produtores e produtoras locais têm colaborado para o fortalecimento desse grupo social no município. Sendo assim, um aspecto a se avançar é o fortalecimento das trocas de experiências entre os produtores de Nova Iguaçu, mas também de outros municípios do entorno, de maneira que aumente o fortalecimento desse segmento social com o auxílio de ações, como a troca de experiências, de sementes, de mudas, de forma que os próprios produtores possam desempenhar um papel ativo de reafirmação no município.

## **Referências Bibliográficas**

- BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos rurais em Nova Iguaçu: pontes entre o passado e o presente.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Org.) Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2018. p.p. 131-168.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. In. NOVAES, Henrique; MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Lais (Orgs). Questão Agrária, cooperação e agroecologia. 1ª ed. – São Paulo: Outras expressões, 2015. P. 263 – 284.
- CORRÊA, Elisa; MACEDO, Marcelo. Zé Pureza e reforma agrária no Rio de Janeiro do pré 64. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 15, n. 2, 2007.
- DAVIRON, Benoit; VAGNERON, Isabelle. From commoditization to decommoditization ... and back again. Discussing the role of sustainability standards for agricultural .Development Policy Review, 29 (1), 2011, pp. 91- 113. Acessado em: 27 de junho de 2021
- FAO - COMITÉ DE AGRICULTURA. La agricultura urbana e peri-urbana. Roma: 1999. Disponível em: Acessado em: 14 de março de 2021.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". Educ. Soc. [online]. 2002, vol.23, n.79, pp.257-272. ISSN 1678-4626.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ) – 1954 A 1987. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=030678&Pesq=jose+pureza&pagfis=146>> . Acessado em: 12 de fevereiro de 2021.
- GEOAGRÁRIA/FFP. Atlas dos Conflitos. Disponível em: <<https://geoagriaffpuerj.blogspot.com/p/mapas-2020.html>>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2021.

GRYNSZPAN, Mário. Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação de mestrado, PPGASMuseu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro, 1987.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>> Acessado em: 1 de junho de 2021.

LANÇA, Viviane Soares. Desafios para políticas de apoio à agricultura familiar em áreas periurbana: o caso da Cooperativa Univerde – Nova Iguaçu/ RJ. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de PósGraduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MAIA, Aline Borghoff. O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações ruro-fabris em Duque de Caxias. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Org.) Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2018. p.p. 93-130

MATTOS, Claudemar; MENDONÇA, Marcio Mattos; MASELLI, Morgana; DEPRÁ, Renata Lúcio. Panorama da Agricultura Urbana e a construção de Políticas Públicas no Brasil. In: Revista Advir / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 34 (dez. 2015)- . – Rio de Janeiro : Asduerj, 2015, p.7-17. Disponível em: . Acesso em: 14 de março de 2021

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos e repressão no campo no Rio de Janeiro: uma questão de pesquisa. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Org.) Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2018. p.p. 49-92.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Disponível em: Acessado em: 28 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia. Disponível em: [Orgânicos – Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.mapa.gov.br) Acessado em: 03 de março de 2021.

\_\_\_\_\_. Guia prático de organizações de controle social (OCS) / Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. – Brasília : MAPA/AECS, 2020.

MOUGEOT, Luc J.A. Agricultura Urbana – conceito e definição. In Revista Agricultura Urbana nº 01. Julho – 2000

PENTEADO, S. Certificação Agrícola – Selo Ambiental e Orgânico – Silvio Penteado – Campinas.SP - Edição do Autor – 2a Edição, 2010.

PUREZA, José. Memória Camponesa. O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

ROSA, P. P. V. Políticas Públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. In: XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2011, San José. XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina - Estableciendo puentes en la geografía de Latinoamérica, 2011

SANTANDREU, Alain; LOVOL, Ivana Cristina. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção. Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Documento referencial geral. REDE, IPES/RUAf. Belo Horizonte. 2007.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao Lugar/ Milton Santos.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. Pobreza Urbana/ Milton Santos.3<sup>a</sup> ed.;1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. Espaço e Método/ Milton Santos. - 5. ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Sashia. SOUZA, Melina; TAVARES, Patricia. Entre o asfalto e a mata: agroecologia, luta e resistência no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Cadernos de agroecologia – ISSN 2236-7934- Anais do II SNEA, Vol. 12, nº 1, jul. 2017.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº01, p. 10-31, jan./jun.2002.

SILVA, Bráulio. Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense/ Bráulio Rodrigues da Silva; Leonilde Servelo de Medeiros, organização, apresentação e notas. - Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

SIQUEIRA, M.F.B. Avaliação de projeto de agricultura familiar em faixa de dutos, Baixada Fluminense, RJ. 2009. 116f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Curso de Pós-graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo

ZAAR, Miriam Hermi. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2011, Vol. XVI, nº 944.. [ISSN 1138- 9796]